

**I PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
FLORIANÓPOLIS 2023 – 2028**

Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)



Florianópolis- SC

2023

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Topázio Silveira Neto

CHEFE DE GABINETE DO EXECUTIVO

Ronaldo Brito Freire

PLENO EXECUTIVO CAISAN

GABINETE DO PREFEITO

Viviani Gomes Vieira Malafaia - Presidente da CAISAN

Aline Chinenye Anyanwu - Estagiária CAISAN

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Kamilla Renata Costa

Gustavo Castello Branco Beirão

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Lidiamara Dornelles de Souza- Secretária Executiva CAISAN

Raquel Erdmann

SECRETARIA DE SAÚDE

Graziela Galvão Matos Traversari

Luiza Moritz Age Tokarewicz

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA:

Zenilto Custódio da Silva

Fernanda Santos Amorin

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

Gabriela Tasso Bongioiolo P. Machado

Karina da Silva de Souza

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Eduardo Daniel da Rocha - Presidente COMSEAS
Maçan Guedes - Secretária Executiva

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Kamilla Renata Costa

Suplente: Bruna Machado da Silva Neto

Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Lidiamara Dornelles de Souza

Suplente: Renata Brodbeck Faust

Secretaria Municipal da Saúde:

Titular: Luiza Moritz Age Tokarewicz

Suplente: Tatiane Meirelles de Deus

Superintendência de Pesca, Maricultura e Agricultura:

Titular: Zenilto Custódio da Silva

Suplente: Fernanda Santos Amorim

REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO)

Titular: Eduardo Daniel da Rocha

Suplente: Gisa Garcia

Associação Rede com a Rua

Titular: Eliane Luiza Schmidt

Suplente: Isabela da Cunha Vieira Barbosa

Conselho Regional de Nutricionistas da Décima Região:

Titular: Vânia Passer

Suplente: Gisleyne Eunice Vieira

Associação Arquidiocesana (ASA)

Titular: Luciano Leite da Silva Filho

Suplente: Mariele Leticia Gomes Magalhães

Grupo Ilha Meimbipe de Agroecologia

Titular: Aline Maria Salami

Suplente: Kauana da Silva Preto

Associação Beneficente São Dimas

Titular: Zenir Gelsleichter

Suplente: Almir José de Ramos

Colônia de Pescadores Z11

Titular: Valdori Alci Almeida

Suplente: Amanda Rosenilda Nunes

Movimento População de Rua de Florianópolis:

Titular: Aline Silva de Sales

Suplente: André Schafer

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
LISTA DE SIGLAS	9
CAPÍTULO 1- CONTEXTUALIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO	12
1. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	12
2. ASSISTÊNCIA SOCIAL	17
3. EDUCAÇÃO	22
4. SAÚDE	42
5. MEIO AMBIENTE	51
6. DA TERRA E DO MAR PARA A MESA	66
CAPÍTULO 2- DESAFIOS E IMPLEMENTAÇÃO	85
CAPÍTULO 3- DIRETRIZES: OBJETIVOS E METAS	86
DIRETRIZ I – Promoção de acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.	87
DIRETRIZ II – Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.	90
DIRETRIZ III – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de Segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à alimentação adequada.	92
DIRETRIZ IV – Promoção, universalização e coordenação de ações de Segurança Alimentar e Nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.	95
DIRETRIZ V – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional.	96
DIRETRIZ VI – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente.	98
DIRETRIZ VII – Apoio a Iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei 11.346/2006.	99
DIRETRIZ VIII – Monitoramento da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.	100
DIRETRIZ IX – Fortalecimento e consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.	101
CAPÍTULO 4– MONITORAMENTO	102
REFERÊNCIAS	103

PREFÁCIO

A Prefeitura de Florianópolis assume o compromisso público de garantir, progressivamente, o Direito Humano à Alimentação Adequada, garantindo a segurança alimentar e nutricional da população residente em Florianópolis, através da implementação de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional com a elaboração e execução do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Elaborado pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Florianópolis - CAISAN, o Plano visa alcançar os objetivos das Políticas Públicas, Programas e Ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional a partir de diretrizes emanadas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Florianópolis - COMSEAS, oriundas das conferências Nacionais, Estaduais e Municipais.

Topázio Silveira Neto
Prefeito de Florianópolis

INTRODUÇÃO

Historicamente, ao longo do Século XX, governos colocam o assunto para debate analisando a melhor forma de inserir a segurança alimentar e nutricional na agenda governamental. A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 6º, traz os direitos dos indivíduos, dentre eles a saúde que está diretamente vinculada a uma alimentação adequada, mas sem explicitamente tratar da segurança alimentar como um direito constitucional. Somente em 2010 o direito à alimentação foi incluído como um dos direitos sociais decretados no art. 6º da CF.

O início concreto da inclusão do tema na agenda governamental nacional iniciou com a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, regulamentado pelo Decreto 7.272 de 25 de agosto de 2010, que além de regulamentar a lei instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN.

A partir desse marco legal, o Estado de Santa Catarina aderiu ao SISAN em 2011 se comprometendo a estruturar os componentes necessários para a adesão ao SISAN conforme a Resolução nº 9 – CAISAN, de 13 de dezembro de 2011.

O Município de Florianópolis em 2013, com a lei 9.355/2013, que dispõe sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelece a composição dos organismos necessários para a adesão do município ao SISAN. Em 2014 é instalado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA que inicia os trabalhos e estabelece as conferências municipais de acordo com o calendário federal e estadual. Com o Decreto 16.510, de 28 de julho de 2016, é criada, no âmbito municipal, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, responsável por elaborar o 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Florianópolis – PLAMSAN e coordenar as Políticas Públicas Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional – PPSAN, entre outras competências.

Em 2022, com a Resolução nº 8, do Ministério da Cidadania, o Município de Florianópolis adere ao SISAN, se comprometendo a formular o 1º Plano Municipal de

Segurança Alimentar e nutricional e a implementar as Políticas Públicas Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional além de garantir a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada melhorando a qualidade de vida dos seus munícipes.

O processo de implementar as políticas voltadas à segurança alimentar é contínuo e necessário, o 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Florianópolis foi construído a muitas mãos e convidamos a todos para nos ajudar na execução e no fortalecimento das metas apresentadas nesta edição.

Viviani Gomes Vieira Malafaia

Presidente da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de
Florianópolis

LISTA DE SIGLAS

AF= Agricultura Familiar

BAC= Benefício Adicional Complementar

BCF= Benefício Composição Familiar

BCT= Benefício Compensatório Transitório

BE= Benefício Extraordinário

BPC= Benefício de Prestação Continuada

BPI = Benefício Primeira Infância

BSP= Benefício Superação de Extrema Pobreza

CadÚnico= Cadastro Único para Programas Sociais

COMSANS= Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Florianópolis

CAISAN= Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional

CF= Constituição Federal

COMSEA = Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

EAAB= Estratégia Amamenta Alimenta Brasil

EAN= Educação Alimentar e Nutricional

EB= Escola Básica

EJA= Educação de Jovens e Adultos

EPAGRI= Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAO= Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FGV= Fundação Getúlio Vargas

FNDE= Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GAPRE= Gabinete do Prefeito

IBGE= Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB= Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH-M= Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMC= Índice de Massa Corporal

INEP= Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LACEN= Laboratório Central de Saúde Pública

LOAS= Lei Orgânica de Assistência Social

MDS= Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

NEIMs= Núcleos de Educação Infantil

PBF= Programa Bolsa Família

PCDs= Pessoas com Deficiência

PEHE= Programa Educando com a Horta Escolar

PEMQSA= Programa Estadual de Monitoramento da Qualidade Sanitária dos Alimentos

PENSE= Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar

PIB= Produto Interno Bruto

PLAMSAN= Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Florianópolis

PNAD= Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua

PNAE= Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAN= Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNSAN= Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

POF= Pesquisa de Orçamentos Familiares

PPSAN= Políticas Públicas Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional

PSE= Programa Saúde nas Escolas

RME= Rede Municipal de Ensino

SEMAS= Secretaria Municipal de Assistência Social

SISAN= Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISVAN= Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SUS= Sistema Único de Saúde

TRIA= Triagem para Risco de Insegurança Alimentar

UE= Unidades Escolares

UHT= Ultra Hight Temperature

CAPÍTULO 1- CONTEXTUALIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

1. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

POPULAÇÃO

Segundo o último censo realizado entre agosto e outubro de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município de Florianópolis conta com uma população de 537.213 pessoas (IBGE, 2022). Até o censo de 2010, 96% da população florianopolitana vive em área urbana e 4% em área rural.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

De acordo com o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, povos e comunidades tradicionais podem ser definidos como: *“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”*.

Nesses grupos duas características se destacam notavelmente. A primeira delas diz respeito ao território, que é considerado um espaço essencial para a manutenção e reprodução de suas tradições e modo de vida, seja ele utilizado de forma permanente ou temporária. Além disso, outro fator expressivo é o desenvolvimento sustentável, o comum o uso de recursos naturais de forma equilibrada, com a preocupação de manter os recursos para as novas gerações, sendo comunidades marcadas pela economia de subsistência (MORIM, 2009).

Em Florianópolis, os grupos de povos e comunidades tradicionais mais presentes são a população de pescadores artesanais, indígenas e quilombolas. Segundo os primeiros

resultados do Censo IBGE 2022, a população indígena atual no município é de 1.854 pessoas e a população quilombola é de 433 pessoas (IBGE, 2022).

Em relação ao número de pescadores no PMAP-SC (Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira), citado no Projeto Caracterização Socioeconômica Das Atividades De Pesca E Aquicultura Em Santa Catarina (PCSPA), existiam 1.033 pescadores no ano de 2014 e pelo mesmo órgão de pesquisa em 2018 houve uma diminuição para 1.004 pescadores. A estimativa da Subsecretaria de Pesca, Maricultura e Agricultura de Florianópolis é que até o final da safra da tainha de 2023 1.100 pescadores estavam em atividade, o que nos leva para o maior número de pescadores em Florianópolis desde o início do censo do PMAP-SC.

O levantamento de dados realizado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI), em parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, referente à maricultura no município de Florianópolis, demonstram que os nossos produtores estão organizados em 5 associações e 1 cooperativa, totalizando 90 maricultores em atividade na cidade atualmente.

POPULAÇÃO MIGRANTE

A partir do Retrato do Fluxo Migratório Internacional de 2022, realizado pelo ICOM, destaca-se que em Santa Catarina, Florianópolis é a terceira cidade com o maior número de pedidos de Registro Nacional Migratório.

As informações apresentadas a seguir são provenientes de dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), da Polícia Federal, e são referentes aos pedidos de emissão do Registro Nacional Migratório (RNM). Os pedidos de RNM para Florianópolis, em 2021, são predominantemente latino-americanos, onde as maiorias (76,01) são Venezuelanos, Argentinos, Haitianos e Cubanos. Cabe destacar que das nacionalidades com maiores pedidos de RNM, Venezuela, Haiti e Cuba são países que se encontram em situação de crise humanitária e/ou sociopolítica (ICOM, 2022).

Durante a pesquisa, foi observado que do total da população migrante 70,44% possuem algum tipo de ocupação e 14,91% estavam sem ocupação. Do total, 14,65% eram crianças não estudantes e 7,8% eram estudantes (ICOM, 2022). Tendo em vista o panorama do fluxo migratório internacional no município, outro movimento incidente que merece atenção é o de refúgio. O refúgio se dá por condições em que uma pessoa ou um grupo de pessoas estão fora de seu país de origem contra a sua vontade devido a temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados, sendo assim, refugiadas (ACNUR).

Para caracterizar o retrato de refugiados em Florianópolis, tendo em vista que a fonte de dados utilizada para tal não apresenta informações em âmbito municipal, foi recorrido a base de dados da Polícia Federal, o Sistema de Tráfego Internacional (STI), que registra as entradas e saídas de pessoas por postos de controle de fronteiras. Foram selecionados os dados referentes aos refugiados em 2021, e a partir deste, foi possível inferir que nenhum refugiado entrou no país por Florianópolis, mas 65 pessoas que se consideram refugiados têm a cidade de Florianópolis como local de residência (ICOM, 2022).

ÁREA

Florianópolis, é a capital do estado de Santa Catarina, é majoritariamente constituída pela Ilha de Santa Catarina, com 52,75 km de comprimento. Tem uma abrangência territorial de 433,22 km².

ÁREAS COM CARACTERÍSTICAS RURAIS

Em relação às áreas do município de Florianópolis com características rurais, a Lei Complementar 739/2023 que alterou a Lei Complementar 482/2014, traz em seu art. 22, parágrafo 2º a definição de Macroáreas de transição, que engloba as áreas com características rurais:

§ 2º As Macroáreas de Transição são aquelas que permitem usos urbanos de baixa densidade com a função de proteger as áreas de usos não urbanos ou áreas especiais que visam o equilíbrio de preservação ambiental e criação de centralidades: (NR) [...]

Nesse sentido, englobada pela macroárea de transição, conforme a Lei Complementar 482/2014, no art. 42, parágrafo II, inciso 2º. fica caracterizado a área residencial rural (ARR):

II - Área Residencial Rural (ARR) - onde coexistem usos urbanos e rurais de pequeno porte suportados por uma estrutura viária e fundiária rural, destinadas a produção agrícola e agropecuária familiar.

Em 2022, durante os estudos para a atualização do Plano Diretor do município, foi verificado que há 3 (três) áreas de ARR sendo elas: Ratonos com 571 hectares, Pântano do Sul com 39 hectares e Rio Vermelho com 101 hectares.

Figura 1. Montagem das três áreas consideradas com características rurais



Fonte: GeoFloripa - outubro, 2023

ECONOMIA

Em 2020, Florianópolis atingiu um Produto Interno Bruto (PIB) em 21 bilhões de reais, sendo o 3º PIB entre os municípios catarinenses, ficando atrás de Joinville e Itajaí. Este

último vigora na posição de 49º no ranque dos municípios com o maior PIB do país. Florianópolis atingiu a marca de PIB per capita de R\$ 41.885,53 por habitante, maior que a média nacional de R\$33.935,53 e tem o setor de serviços como principal geradora de renda (IBGE, 2023a).

RENDA E CONDIÇÃO DE VIDA

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Segundo o censo de 2010, Florianópolis apresenta o valor de 0,847, sendo o maior IDH-M do estado de Santa Catarina (SC) (NECAT, 2019) e o terceiro maior do Brasil, atrás apenas de São Caetano do Sul - SP (IDH-M 0,862) e Águas de São Pedro - SP (IDH-M 0,854) (IBGE, 2023b).

A renda é um dos principais fatores que influenciam a insegurança alimentar. Pessoas com baixa renda geralmente têm menos recursos para adquirir alimentos nutritivos em quantidade suficiente para atender às necessidades de sua família. Essa falta de recursos pode levar a uma dieta inadequada, redução da qualidade dos alimentos e insegurança alimentar. Dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) mostram que a insegurança alimentar é mais prevalente entre os pobres. A falta de acesso a alimentos nutritivos pode levar a deficiências nutricionais e aumentar o risco de doenças crônicas como a obesidade, a hipertensão e a diabetes. Além disso, as pessoas que vivem em insegurança alimentar também podem ser mais vulneráveis a outras questões relacionadas à saúde, como doenças infecciosas e parasitárias (FAO, 2019).

Portanto, a renda é um dos principais determinantes da insegurança alimentar, e a redução da pobreza é fundamental para a promoção da segurança alimentar e nutricional. Políticas Públicas e programas de assistência social que visam aumentar a renda das famílias mais pobres, como o fornecimento de alimentos, programas de transferência de renda e incentivos para a produção local de alimentos, podem ajudar a reduzir a insegurança alimentar (TAVARES E LIMA, 2021).

Em referência ao Índice de Gini, indicador utilizado para mensurar a desigualdade de rendimentos, Florianópolis obteve em 1991 0,55, já em 2000 o resultado foi de 0,56 e no último levantamento em 2010, Florianópolis obteve o coeficiente de 0,54, sendo que os valores próximos a “1” (um) representam a “máxima desigualdade” e os mais próximos a “0” (zero), a “perfeita igualdade”. A capital catarinense apresentou uma melhora no coeficiente de Gini no último levantamento, o que se infere que a capital vem trabalhando para diminuir a desigualdade socioeconômica (DataSUS 2011).

Quanto a renda média, estudo realizado pela FGV Social em 2023 conjugando dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD) e do Imposto de Renda de Pessoas Físicas de 2021 (ano-calendário 2020), revela que Florianópolis é a capital com maior renda média da população (R\$4.215,00), seguida de Porto Alegre (R\$3.775,00) e Curitiba (R\$3.427,00) (Neri, 2023).

DESEMPREGO

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD - Contínua), referentes ao 4º trimestre de 2022, o município de Florianópolis conta com 451 mil pessoas em idade de trabalhar (14 anos ou mais, na semana de referência da pesquisa), sendo que destas, 305 mil estão na força de trabalho e 146 mil estão fora da força de trabalho. No período da pesquisa, 19 mil pessoas foram consideradas desocupadas (pessoas de 14 anos ou mais de idade sem trabalho em ocupação na semana de referência, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência). A taxa de pessoas consideradas sem ocupação de Florianópolis é de 6,2% e está abaixo da taxa nacional que é de 8,7% (IBGE, 2023e).

2. ASSISTÊNCIA SOCIAL

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A população em situação de rua para fins do Decreto nº 7.053 de dezembro de 23 de 2009, na qual institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu

Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, define essa população como: *“o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”* (Decreto 7.053, art. 1º, parágrafo único).

O Município de Florianópolis, segundo dados do CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico), de agosto de 2023, possui 2.331 pessoas em situação de rua inseridas no CadÚnico, sendo 1.437 beneficiárias do Programa Bolsa Família (CECAD, 2023). Dados do CECAD de dezembro de 2022 trazem que, do total das de pessoas em situação de rua, 85,29% são do sexo masculino e 14,7% do sexo feminino. Quanto à faixa etária, predominam pessoas com idade entre 30 a 39 anos. Já em relação ao grau de escolaridade, a maioria das pessoas (94,7%) sabem ler e escrever e já frequentaram a escola (CECAD, 2022).

Sobre o período vivido em situação de rua por esse grupo, 51,58% estavam vivendo na rua em um período de pelo menos seis meses. O principal motivo pelos quais essas pessoas passaram a morar na rua foi por desemprego (47,87%). No que se trata das ocupações e fontes de rendimento, 80% já trabalharam com carteira assinada e 2,27% exerciam função de forma autônoma. A maioria das pessoas não informou como ganha dinheiro atualmente, mas que em algum momento já realizaram as seguintes atividades: vendas, serviços gerais/limpeza, catador de material reciclável, construção civil, pedir dinheiro e guardador de carro/flanelinha (CECAD, 2022).

No que se refere aos locais onde a população em situação de rua adormece, 54,05% costumam dormir na rua, 29,65% em albergues, 17,07% em outros locais e 1,18% em domicílio particular.

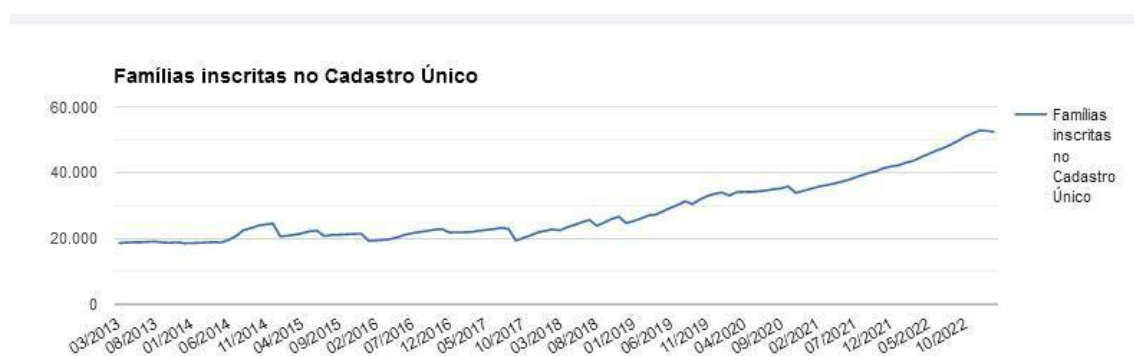
Quanto ao acesso a instituições e políticas públicas, salientamos que o último diagnóstico realizado pelo Instituto Comunitário Grande Florianópolis – ICOM, foi em maio de 2017, há época, não havia o Restaurante Popular de Florianópolis. A pesquisa

que resultou no relatório do ICOM/2017, registrou que: 55% dos entrevistados têm acesso a mais de três refeições por dia, sendo que 40% deles indicaram os Centros de Referência Especializado para a População Situação de Rua (Centros POPs) como locais de principal acesso. Além disso, 30,1% realizam duas refeições enquanto que 10% têm acesso a uma refeição e 4,9% não têm acesso a nenhuma refeição (ICOM, 2017).

CADÚNICO

Ainda sobre a renda dos moradores de Florianópolis, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), é um cadastro que visa referenciar a população cuja renda per capita mensal seja de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo com a finalidade de fazê-los acessar programas destinados à superação de vulnerabilidades e transferência de renda. Dados de fevereiro de 2023 do CadÚnico indicam que o município de Florianópolis possui 52.374 famílias com este cadastro, o que corresponde a 118.957 indivíduos. Esse número é de pessoas que em algum momento recorreram ao CadÚnico, mas não necessariamente estão utilizando algum benefício.

Gráfico 1. *Série histórica do número de famílias inscritas no Cadastro Único em Florianópolis (março/2013 a fevereiro/2023) (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Cadastro Único para programas Sociais, 2023a).*



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Cadastro Único para Programas Sociais (Fevereiro/2023), 2023b.

Acerca do critério de renda, dentre as famílias cadastradas no CadÚnico, 16.579 são famílias em situação de extrema pobreza (recebem mensalmente por pessoa, até R\$105,00); 5.003 são famílias em situação de pobreza (recebem mensalmente por pessoa, entre R\$105,00 e R\$210,00) e 16.460 famílias são de baixa renda (recebem mensalmente por pessoa até ½ salário mínimo), conforme tabela abaixo:

Tabela 1. Famílias e pessoas cadastradas no *Cadastro Único (CasÚnico)*, Fevereiro de 2023.

Famílias Cadastradas	Famílias em situação de extrema pobreza	Famílias em situação de pobreza	Famílias de baixa renda
52.374	16.579	5.003	16.460

Pessoas Cadastradas	Pessoas em situação de extrema pobreza	Pessoas em situação de pobreza	Pessoas de baixa renda
118.957	118.957	118.957	118.957

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Cadastro Único para programas Sociais (Fevereiro/2023), Folha de pagamento do Programa Bolsa Família (Março/2023), 2023b.

Tabela 2. Faixa de renda total das famílias e indivíduos cadastrados no CadÚnico - Fevereiro/2023.

	Até 1 salário mínimo	Entre 1 e 2 salários mínimos	Entre 2 e 3 salários mínimos	Acima de 3 salários mínimos	Sem resposta	Total
Famílias	38.839	11.689	1.431	415	0	52.374
Indivíduos	81.491	31.266	4.730	1.470	0	118.957

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Cadastro Único para programas Sociais (Fevereiro/2023) - TabCad (2023c).

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda pago pelo Governo Federal destinado a famílias de baixa renda que, em março de 2023, registrou, no município de Florianópolis, 41.722 indivíduos beneficiários, correspondentes a 16.398 famílias que receberam uma média de R\$681,11. Foram 73.805 benefícios distribuídos pelo programa, consideradas as seguintes categorias do benefício que

somarão o valor total da transferência de renda a ser paga diretamente às famílias, conforme Tabela 3:

Tabela 3. Total dos Benefícios concedidos pelo Programa Bolsa Família - Março de 2023.

Categoria do Benefício	Quantidade de Benefícios Concedidos
Primeira Infância (BPI)	3.215
Composição Familiar (BCF)	19.051
Compensatório Transitório (BCT)	1.184
Adicional Complementar (BAC)	16.355
Primeira Infância - PBF (BPI - PBF)	8.329
Superação de Extrema Pobreza (BSP)	10.353
Extraordinário (BE)	15.318

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC, Demonstrativo Físico/Financeiro do Programa Bolsa Família, 2023d.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício assistencial pago pelo governo brasileiro a pessoas idosas com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover sua subsistência ou de tê-la provida por sua família. Em relação a este benefício, o município de Florianópolis tem 4.273 beneficiários que são Pessoas com Deficiência (PcDs) e 2.624 beneficiários idosos, totalizando 6.897 beneficiários do BPC no mês de janeiro de 2023 (MDS, 2023e).

No âmbito municipal, há a previsão na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de que os municípios concedam benefícios eventuais em virtude de situações como nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública. Os Benefícios Eventuais, no município de Florianópolis, são regulamentados pela Lei n. 10.444, de 18 de outubro de 2018 que prevê o Benefício Alimentação o qual consiste no fornecimento de alimentação saudável, acessível e de qualidade, mediante a concessão de cesta básica de alimentos ou o seu equivalente expressado monetariamente, que garanta a dignidade e o respeito às famílias em situação de vulnerabilidade. Tal benefício, por seu caráter eventual, pode ser concedido às famílias por até três vezes dentro do período de 12

meses. Desde dezembro de 2021, este benefício é pago no Município por meio do Cartão Alimentação, consistindo em um valor monetário concedido após avaliação técnica dos profissionais dos serviços sócio assistenciais que varia entre R\$100,00 a R\$250,00, a depender da composição familiar do solicitante.

Desde o início da concessão do Cartão Alimentação em dezembro de 2021 até o dia 31 de março de 2023, o benefício foi concedido 9.308 vezes, no valor médio de R\$150,02 a 4.455 pessoas diferentes. A tabela abaixo apresenta informações acerca deste benefício, em referência à quantidade de vezes que a família acessou o benefício:

Tabela 4: *Concessões do Benefício Eventual - Cartão Alimentação (01 de dez. de 2021 a 31 de mar. de 2023).*

	1 vez	2 vezes	3 vezes	4 vezes	5 vezes	6 vezes	Total
Número de Concessões	1.655	1.862	5.184	420	145	42	9.308
Número de pessoas que receberam o benefício	1.655	931	1.728	105	29	7	4.455
Média do Valor Concedido (em Reais)	139,67	145,70	153,49	161,67	160,34	169,05	150,02

Tabela 4: *Concessões do Benefício Eventual - Cartão Alimentação Municipal (01 de dez. de 2021 a 31 de mar. de 2023).*

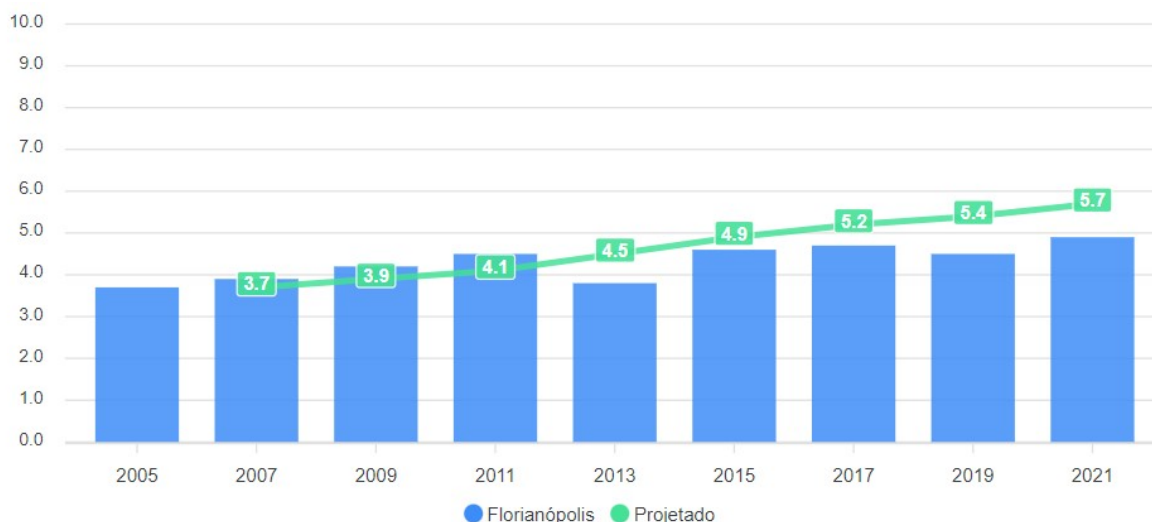
Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis (2023).

3. EDUCAÇÃO

A evolução da qualidade do ensino público municipal é mensurada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), cujo cálculo é realizado com base na Prova Brasil (prova de português e matemática) e na taxa de aprovação (fluxo escolar).

Em 2021, o IDEB de Florianópolis foi de 4,9 numa escala que varia de 0 a 10, conforme ilustra o Gráfico 2.

Gráfico 2. *Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Florianópolis.*



Fonte: IDEB 2021, INEP.

Em relação ao número de Unidades Escolares (UE), em 2023 o município de Florianópolis conta com 85 Núcleos de Educação Infantil (NEIMs) e 39 Escolas Básicas (EBs) municipais, perfazendo um total de 164 UE. A Rede Municipal de Ensino (RME) atendeu em torno de 38.900 alunos no ano de 2022, conforme o Quadro 1. Desse total, 1464 estudantes (3,8%) estavam cadastrados no Programa Bolsa Família no ano de 2022. No mês de outubro de 2023, haviam 41 crianças aguardando vaga na Educação Infantil do município. Não há fila de espera para vagas na Educação Fundamental da RME.

Quadro 1. *Número de alunos matriculados por modalidade em 2022.*

Modalidade de ensino	Nº matrículas
Educação Infantil - Creche	10.042
Educação Infantil – Pré-Escola	8.235
Educação Fundamental – Anos Iniciais	11.236
Educação Fundamental – Anos Finais	8.157
Educação de Jovens e Adultos	1.231

Fonte: Secretaria de Educação (2022).

Nas UEs é oferecida aos estudantes a alimentação diária por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Trata-se de um programa amplo, intersetorial, descentralizado e com atendimento universal aos alunos da educação básica pública (da creche ao ensino médio). Tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos estudantes, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Além disso, traz como diretriz o direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social.

Sendo assim, os alunos da rede municipal de ensino recebem alimentação escolar saudável, adequada às necessidades e especificidades nutricionais, respeitando o hábito alimentar e a vocação agrícola do município, com vistas à formação de bons hábitos alimentares e à melhora da capacidade no processo ensino-aprendizagem dos alunos. A alimentação escolar visa suprir a necessidade nutricional, estando de acordo à faixa etária do aluno e a prevenção de doenças carenciais (ex. desnutrição, anemia e hipovitaminoses) e não transmissíveis (ex.: obesidade, dislipidemia, hipertensão, diabetes e outras).

O Programa Municipal de Alimentação Escolar de Florianópolis começou a contar com o profissional Nutricionista no ano de 1997. Atualmente, o Departamento de Alimentação Escolar conta com 1 chefia de departamento (pedagoga), 3 nutricionistas efetivas, 2 administrativos e 1 estagiária (Administração Pública). Conta também com a mão de obra terceirizada de 15 nutricionistas e mais de 500 cozinheiras escolares. Esse departamento é responsável pela seleção de fornecedores; elaboração dos editais de compra e distribuição de alimentos, equipamentos e utensílios; planejamento de cardápios, elaboração de receitas e fichas técnicas, planejamento e execução de projetos e atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) acompanhamento técnico direto das UE, dentre outras atribuições inerentes às responsabilidades técnicas.

No Quadro 2 são apresentados os dados de investimento em reais, em alimentação escolar entre 2009 e 2022, pelo governo federal para o município de Florianópolis, demonstrando um aumento médio de aproximadamente 257% de investimento para o período.

Quadro 2. *Recursos financeiros repassados pelo FNDE para a Alimentação Escolar do município de Florianópolis entre 2009 a 2022.*

ANO	FNDE
2009	R\$ 1.506.252,00
2010	R\$ 2.419.032,80
2011	R\$ 2.319.420,00
2012	R\$ 2.857.788,00
2013	R\$ 3.820.372,00
2014	R\$ 3.896.736,00
2015	R\$ 4.092.256,00
2016	R\$ 4.221.800,00
2017	R\$ 4.770.694,00
2018	R\$ 4.771.198,00
2019	R\$ 4.804.528,00
2020	R\$ 4.528.250,02
2021	R\$ 5.643.710,60
2022	R\$ 4.497.388,23

Fonte: Sistema de Gestão de Prestação de Contas (2023).

O Município de Florianópolis complementa os recursos oriundos do FNDE para a aquisição de Alimentação Escolar conforme mostra o Quadro 3 demonstrando um aumento de aproximadamente 217% de investimento para o período.

Quadro 3. *Investimento do Município de Florianópolis para a aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar entre os anos de 2009 a 2022.*

ANO	Recursos Próprios
-----	-------------------

2009	R\$ 4.474.529,06
2010	R\$ 6.289.080,87
2011	R\$ 9.161.023,60
2012	R\$ 8.317.965,04
2013	R\$ 8.841.815,65
2014	R\$ 10.153.383,31
2015	R\$ 9.672.193,49
2016	R\$ 9.604.223,79
2017	R\$ 10.212.895,97
2018	R\$ 7.939.807,48
2019	R\$ 6.510.637,66
2020	R\$ 3.355.057,21
2021	R\$ 24.068.942,35
2022	R\$ 17.365.339,06

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2023).

Analisando os valores investidos pelo município nos anos de 2021 e 2022, percebe-se um aumento significativo dos valores. Essa discrepância nos valores se deu principalmente pela aquisição de kits de alimentação que foram distribuídos aos estudantes que permaneceram com aulas remotas e/ou híbridas no período da pandemia de SARS-CoV-2. Outro ponto a ser considerado, foi o aumento, de forma geral, nos quantitativos de determinados gêneros alimentícios para atendimento às alterações ocorridas na legislação no ano de 2020, assim como o aumento expressivo dos valores dos gêneros alimentícios.

O PNAE iniciou a compra de insumos provenientes da Agricultura Familiar (AF) em 2009, conforme a Resolução nº 38 de 16 julho de 2009 e Lei nº 11947 de 16 de julho de 2009 (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b). A aquisição de alimentos da AF busca favorecer a permanência das famílias no meio rural e valorizar o pequeno agricultor, assim como melhorar significativamente a qualidade das refeições servidas, com alimentos regionais e artesanais, contribuindo com a valorização da cultura e soberania alimentar. O Quadro 4 apresenta o montante de repasse do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação (FNDE) utilizado para compra de produtos da AF entre os anos de 2011 até 2022.

Quadro 4. *Recursos financeiros repassados pelo FNDE utilizados para a aquisição de alimentos da agricultura familiar e respectivos percentuais atingidos entre os anos de 2011 até 2022.*

ANO	Recurso FNDE para aquisição da AF	% Atingido com aquisição da AF
2011	R\$ 698.044,72	30,1
2012	R\$ 878.018,87	30,7
2013	R\$ 1.165.572,08	30,5
2014	R\$ 1.174.280,05	30,1
2015	R\$ 1.241.409,30	30,3
2016	R\$ 1.242.554,21	29,4
2017	R\$ 50.943,96	1,1
2018	R\$ 1.665.120,65	34,9
2019	R\$ 1.701.790,62	35,4
2020	R\$ 1.399.841,30	30,9
2021	R\$ 1.269.806,98	22,5
2022	R\$ 1.556.096,33	34,6

Fonte: FNDE (2023).

Pela legislação, a Entidade Executora deve utilizar no mínimo 30% do valor repassado pelo FNDE para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Quando esse percentual não é atingido, é avaliado quanto da prestação de contas e o valor correspondente deve ser devolvido. Conforme o Quadro 4, o município de Florianópolis não atingiu o percentual mínimo nos anos de 2016, 2017 e 2021. Nesse caso, o município enviou justificativa que foi apreciada e aprovada pelo Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Com o objetivo de garantir o aumento do percentual mínimo de aquisição da agricultura familiar, nos últimos anos houve um incremento na articulação entre a Secretaria de

Educação, por meio do Departamento de Alimentação Escolar, os agricultores familiares, as cooperativas de agricultores e órgãos como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI para mapeamento da produção e sazonalidade local e fomento da venda para a alimentação escolar.

Os principais alimentos adquiridos da agricultura familiar para a alimentação escolar entre 2011-2021 foram: leite UHT, banana orgânica, suco de uva integral, laranja orgânica, pinhão in natura, abóbora orgânica, sobrecoxa de frango orgânica, queijo fatiado, filé de peito de frango orgânico e maçã orgânica.

De acordo com a Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014, referente ao PNAE, alunos que possuem necessidades alimentares especiais devem ser atendidos com cardápio adequado à sua condição de saúde (BRASIL, 2014). Na matrícula, e durante o ano letivo, é verificada a necessidade de alimentação especial pelas UE, por meio de laudo médico. Os laudos são encaminhados ao Departamento de Alimentação Escolar, que realiza a análise, validação e inclui no Programa Municipal de Atendimento aos Portadores de Necessidades Alimentares Especiais. A nutricionista da UE realiza orientação à equipe de cozinheiras, aos profissionais da educação e também aos familiares quando necessário. É elaborado um cardápio específico para o aluno.

Em 2022, o número de alunos recebendo alimentação especial perfaz 0,7% do total de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino. Atualmente, o maior número de alunos atendidos com necessidades alimentares especiais apresenta alergia à proteína do leite de vaca (APLV) (24,2%), intolerância à lactose (11%) e alergia a ovo (8,7%).

Todos os cardápios são elaborados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020 (BRASIL, 2020a), priorizando a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados, procurando respeitar os hábitos alimentares e culturais. Tem-se como alvo o suprimento das necessidades nutricionais dos atendidos e a promoção da alimentação adequada e saudável.

Os alimentos que compõem os cardápios são definidos pela equipe de nutricionistas após pesquisa e análise de produtos no mercado, buscando atender as diretrizes do PNAE e objetivos estabelecidos pelo Departamento de Alimentação Escolar, tais como: ausência de corantes artificiais, ausência de gordura vegetal e/ou gordura vegetal

hidrogenada (gordura trans), ausência ou redução de aditivos alimentares como conservantes, antioxidantes artificiais, além da inclusão de alimentos integrais e alimentos fonte de substâncias que beneficiam a saúde do escolar.

Entre 2020 e 2021, durante a pandemia de SARS-CoV-2, os alunos da rede de ensino municipal realizaram suas atividades escolares de forma remota ou híbrida. A resolução nº 2, do FNDE publicada em 9 de abril de 2020 (BRASIL, 2020b) permitiu a distribuição em forma de kits dos gêneros alimentícios já adquiridos ou que viessem a ser adquiridos em processos licitatórios ou em chamadas públicas da Agricultura Familiar. Sendo assim, optou-se por adquirir Kits Emergenciais de gêneros alimentícios menos perecíveis para serem entregues às famílias dos estudantes que fizessem a solicitação juntamente à direção da Unidade Educativa em que os filhos estivessem matriculados.

No ano de 2020, foram distribuídos 55.847 kits de gêneros alimentícios menos perecíveis, 12.811 kits de pães, 49.844 kits de carnes, 15.272 kits de frutas e hortaliças, 3.408 kits com gêneros alimentícios da agricultura familiar e 147 kits com gêneros alimentícios para necessidades alimentares especiais.

Quanto às refeições que são servidas nas UE, as mesmas são calculadas de acordo com as necessidades nutricionais por faixa etária, desde o berçário até o ensino fundamental e a EJA.

O cardápio do Grupo 1 (berçário) destina-se às crianças de 4 a 12 meses e é composto de 4 refeições no período Integral (lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar) e 2 refeições no período Parcial (matutino: lanche da manhã e almoço/vespertino: lanche da tarde e jantar).

Como o leite (materno ou de fonte externa) é fonte de alimento para as crianças menores de 6 meses, a alimentação é individualizada, sendo ofertada conforme a idade e o tipo de leite que a criança está recebendo. As educadoras e cozinheiras são capacitadas para a oferta do leite e da alimentação complementar, assim como, para introduzir a alimentação complementar para as crianças que nunca receberam. Os pais e/ou responsáveis são orientados no ato da matrícula que não é necessário realizar o desmame e/ou a introdução da alimentação complementar antes da idade adequada.

As crianças dos Grupos 2 ao 6 (de 1 a 6 anos) em período integral também recebem 4 refeições (lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar) e 2 refeições no período Parcial (matutino: lanche da manhã e almoço/vespertino: lanche da tarde e jantar).

Os alunos da Educação Fundamental em período parcial recebem 1 refeição por período. Os alunos das escolas integrais e que apresentam projetos de apoio pedagógico recebem 3 refeições ao dia, sendo lanche da manhã, almoço e lanche da tarde. Os alunos da EJA recebem 1 refeição diária.

CONTROLE DE QUALIDADE

Os alimentos que compõem os cardápios são definidos pela equipe de nutricionistas após pesquisa e análise de produtos no mercado, buscando atender as diretrizes do PNAE e objetivos estabelecidos pelo Departamento de Alimentação Escolar. Com base nas pesquisas, são elaborados os descritivos para a compra por meio do processo licitatório e chamada pública. São solicitadas amostras de todos os produtos, com exceção dos hortifrúteis, para avaliação da equipe de nutricionistas, garantindo a qualidade dos produtos em acordo ao memorial descritivo.

Os alimentos são entregues pelos fornecedores diretamente nas unidades escolares e, a cada entrega, é realizada a avaliação dos alimentos pelos responsáveis pelo recebimento, sendo também verificadas as condições da entrega e transporte.

A equipe de nutricionistas realiza formações em serviço periódicas com as cozinheiras, com o intuito de assegurar as normas de higiene e manipulação de alimentos. Anualmente, é realizada uma formação com todo o grupo de cozinheiras, sob supervisão direta dos nutricionistas do Departamento de Alimentação Escolar. Além disso, as unidades educativas recebem visitas técnicas semanais da equipe de nutrição para acompanhamento dos processos de trabalho.

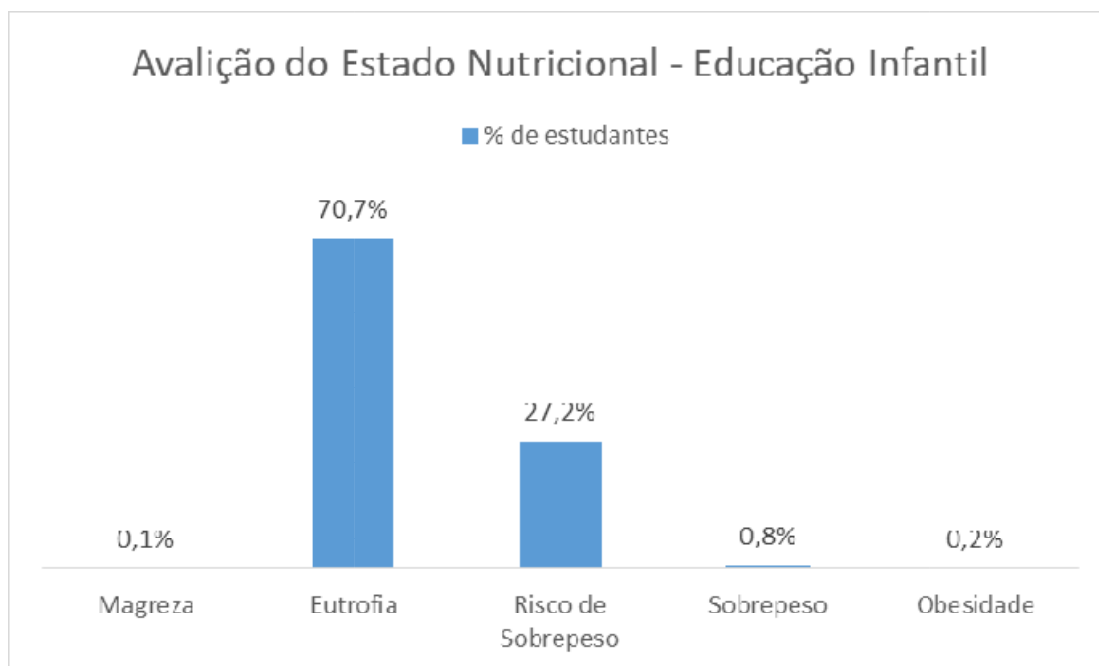
AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL

Como uma das ações de diagnóstico da RME e também do Programa Saúde nas Escolas (PSE), anualmente são coletados os dados de peso e estatura das crianças e adolescentes matriculados. A partir destes dados, é calculado o Índice de Massa Corporal (IMC) dos alunos e os mesmos têm seu diagnóstico nutricional pelo IMC/idade, segundo classificação do Ministério da Saúde.

A coleta de dados para a avaliação do estado nutricional é uma ação planejada anualmente. A definição dos grupos a serem avaliados se dá após consenso do departamento. Os grupos prioritários pela avaliação são aqueles considerados marcadores (Grupo 6, 1º, 5º e 9º anos da Educação Fundamental). Por isso, nem sempre são os mesmos grupos avaliados ao longo dos anos, o que impossibilita uma análise comparativa.

Em 2019, a coleta dos dados aconteceu entre março e novembro. Todas as unidades educativas foram abrangidas e o público alvo foram os estudantes da Educação Infantil, Educação Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A faixa etária avaliada foi de 03 a 65 anos. A amostra final foi de 1.642 estudantes. A metodologia de avaliação do estado nutricional utilizada foi a preconizada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2011). Os dados das crianças e adolescentes foram classificados de acordo com os pontos de corte estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde de 2006 e 2007.

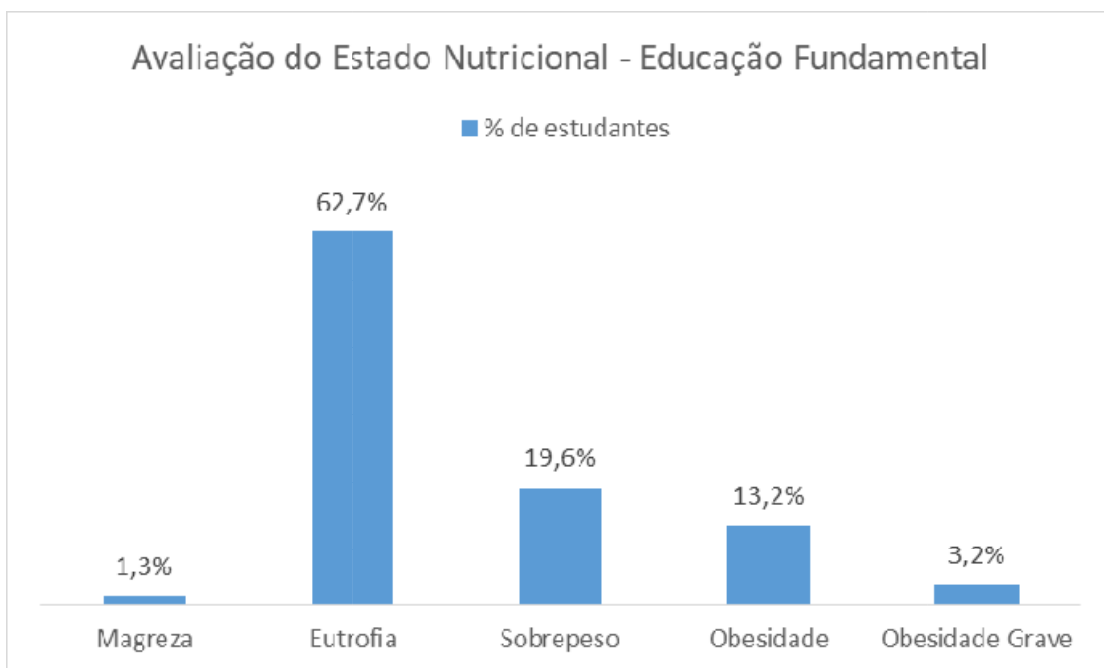
***Gráfico 3.** Resultado da avaliação do estado nutricional de 1170 estudantes da Educação Infantil. Florianópolis, 2019.*



Fonte: DEPAAE, 2019.

Os estudantes da Educação Infantil avaliados, em maioria, foram classificados como dentro da normalidade (70,7%). Já o percentual de risco para sobrepeso ficou em 27,2%, merecendo um olhar atento para que não evolua para índices de sobrepeso e obesidade.

Gráfico 4. *Resultado da avaliação do estado nutricional de 469 estudantes da Educação Fundamental. Florianópolis, 2019.*

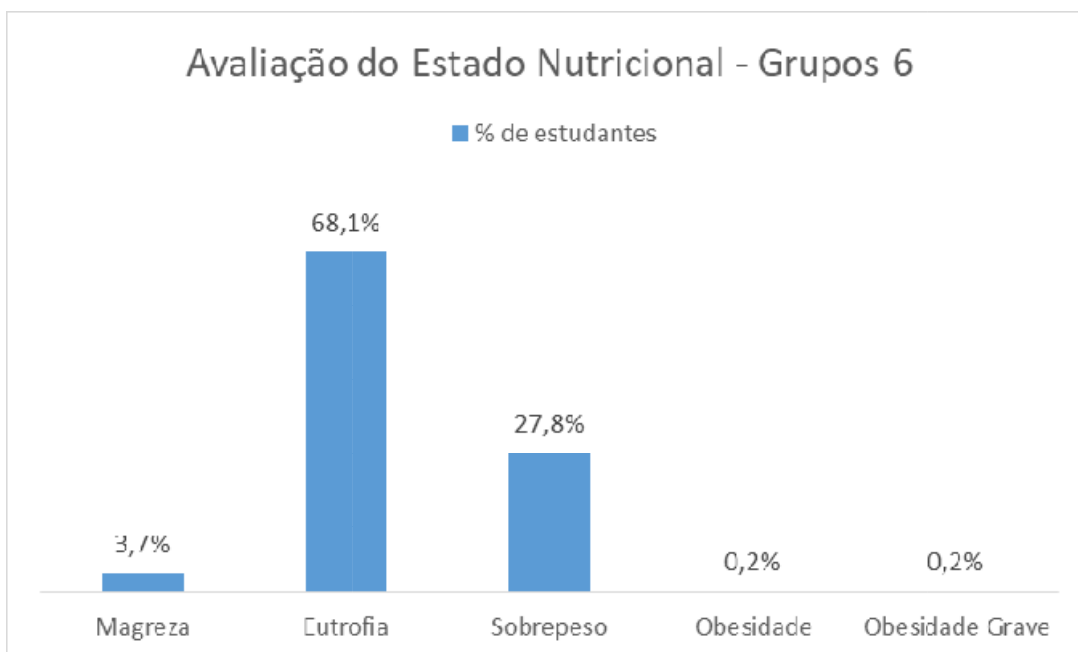


Fonte: DEPAE, 2019.

Os estudantes da Educação Fundamental avaliados, em maioria, foram classificados como dentro da normalidade (62,7%). Destaca-se o percentual de excesso de peso (sobrepeso, obesidade e obesidade grave) de 36% entre o grupo avaliado.

No ano de 2022, foram avaliadas 2.339 crianças matriculadas nos grupos 6 de 84 unidades educativas da RME. O Gráfico 4 ilustra o resultado da avaliação do estado nutricional.

Gráfico 5. Resultado da avaliação do estado nutricional dos estudantes matriculados nos grupos 6 da rede municipal de ensino de Florianópolis no ano de 2022.

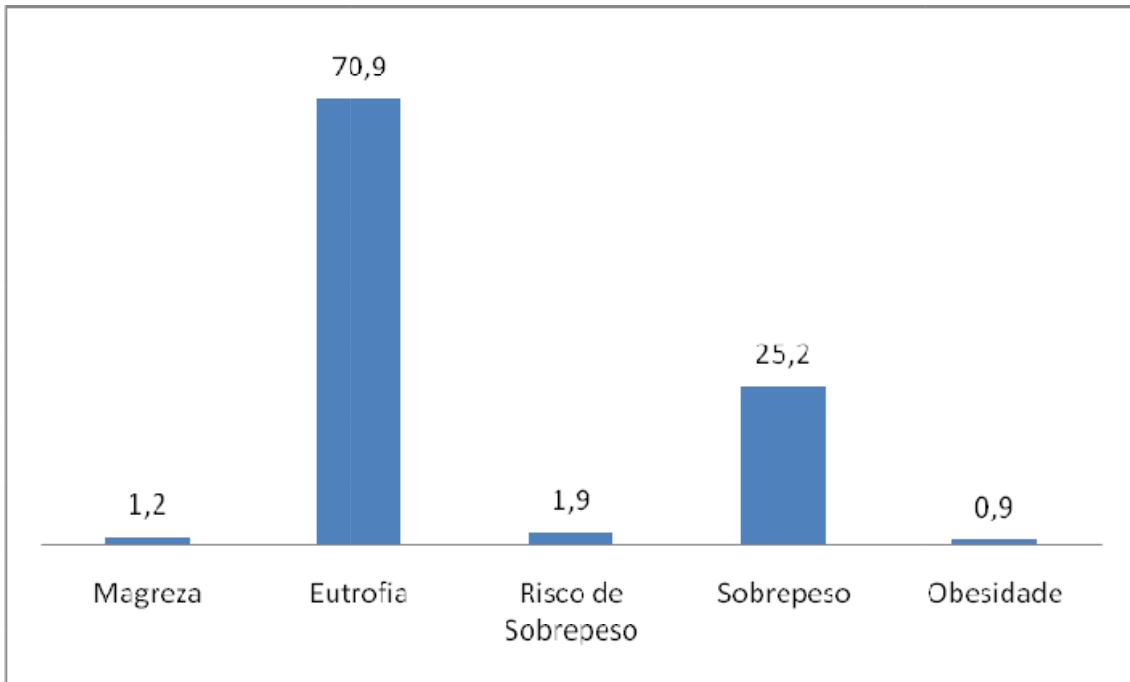


Fonte: DEPAE, 2022.

Os dados encontrados demonstram que um número expressivo de escolares encontra-se em desvio nutricional no que se refere à magreza e sobrepeso. Comparando com os dados da avaliação de 2019, ocorreu um aumento nessas duas classificações.

No ano de 2023, foram avaliados 1.814 escolares matriculados nos primeiros anos da Educação Fundamental das 39 unidades educativas da RME. O Gráfico 6 ilustra o resultado da avaliação do estado nutricional.

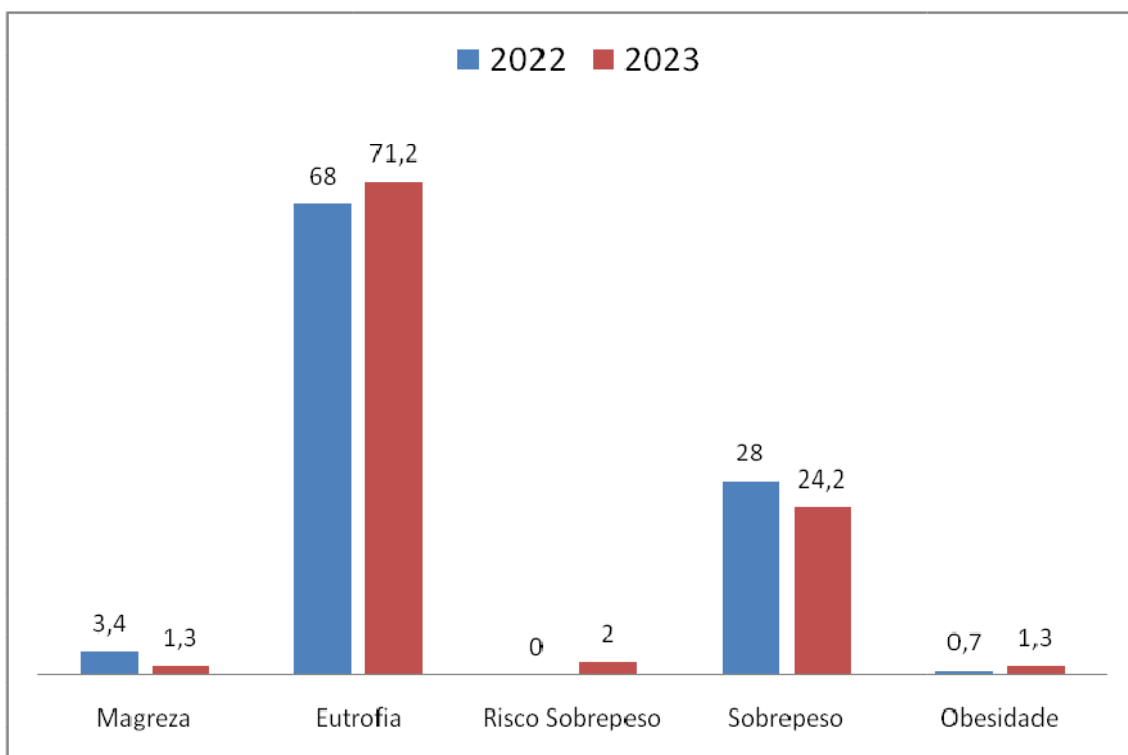
Gráfico 6. *Resultado da avaliação do estado nutricional dos estudantes matriculados nos primeiros anos da Educação Fundamental da rede municipal de ensino de Florianópolis no ano de 2023.*



Fonte: DEPAAE, 2023.

Com o objetivo de realizar uma avaliação longitudinal, destacamos que do total de estudantes avaliados em 2023, 918 escolares haviam sido avaliados em 2022. O Gráfico 7 permite visualizar comparativamente as avaliações.

Gráfico 7. Avaliação longitudinal do estado nutricional dos estudantes da rede municipal de ensino de Florianópolis no ano de 2023.



Fonte: DEPAE, 2023.

Analisando o gráfico, é possível perceber uma diminuição nas prevalências de magreza e sobrepeso e também o aumento do risco de obesidade no período de um ano.

No ano de 2022, em ação conjunta com o PSE, foi enviado para as famílias das crianças que participaram da avaliação, Triagem do Risco de Insegurança Alimentar – TRIA aplicado na área da saúde, do estado nutricional um formulário eletrônico com questões referentes aos marcadores de consumo alimentar e de insegurança alimentar e nutricional. Do total, 486 famílias responderam ao formulário.

Dentre os resultados de insegurança alimentar e nutricional, 38% dos respondentes relataram que, considerando os últimos três meses, os alimentos acabaram antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida. Quando perguntados se nos últimos três meses, haviam comido apenas alguns alimentos que ainda tinham, por que o dinheiro havia acabado, 11% respondeu que sim.

Em relação aos marcadores de consumo alimentar, 40% das crianças das famílias respondentes realizavam 5 ou mais refeições no dia. No entanto, preocupa o percentual de crianças que consomem bebidas adoçadas (refrigerante, suco de caixinha, suco em

pó, água de coco de caixinha) (56%) e biscoito doce ou bolacha recheada, doces ou guloseimas (balas, pirulitos, chicletes, caramelo, gelatina) (55%).

Já em 2023, o mesmo formulário foi enviado para as famílias dos estudantes da Educação Fundamental. Foram obtidas respostas de 480 famílias.

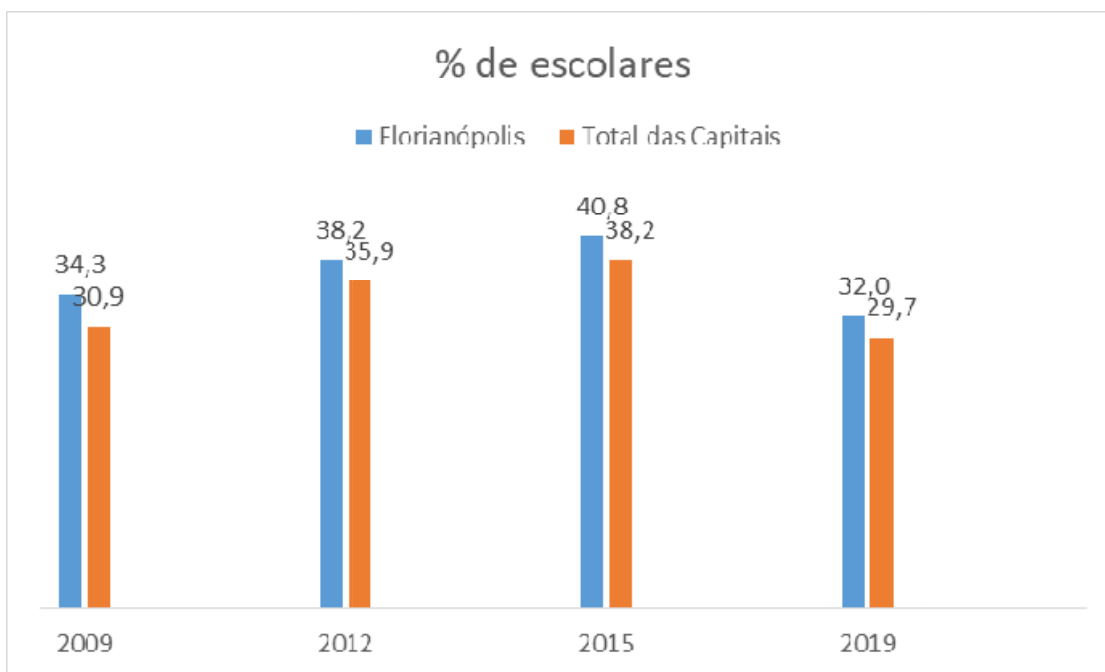
Dentre os resultados de insegurança alimentar e nutricional, 34,6% dos respondentes relataram que, considerando os últimos três meses, os alimentos acabaram antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida, observada a diminuição comparado ao ano anterior. Quando perguntados se nos últimos três meses, haviam comido apenas alguns alimentos que ainda tinham, por que o dinheiro havia acabado, 42,1% respondeu que sim, sendo um aumento de aproximadamente 380% quando comparado com o ano anterior.

Em relação aos marcadores de consumo alimentar, 35,6% das crianças das famílias respondentes realizavam 5 ou mais refeições no dia. Quando comparado com as respostas das famílias da Educação Infantil, ocorreu uma diminuição no percentual de estudantes que consomem bebidas adoçadas (refrigerante, suco de caixinha, suco em pó, água de coco de caixinha) 47,5% e biscoito doce ou bolacha recheada, doces ou guloseimas (balas, pirulitos, chicletes, caramelo, gelatina) 51,5%.

Na edição de 2019 da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) o IBGE analisou um conjunto de indicadores comparáveis dos diversos temas abordados pela pesquisa desde a sua primeira edição (2009), dentre eles o padrão alimentar dos escolares do 9º ano do ensino fundamental com frequência regular em escolas públicas e privadas dos Municípios das Capitais (IBGE, 2022).

A seguir, é possível visualizar os dados comparativos da PeNSE relativos aos principais marcadores de padrão alimentar dos escolares do 9º ano do ensino fundamental.

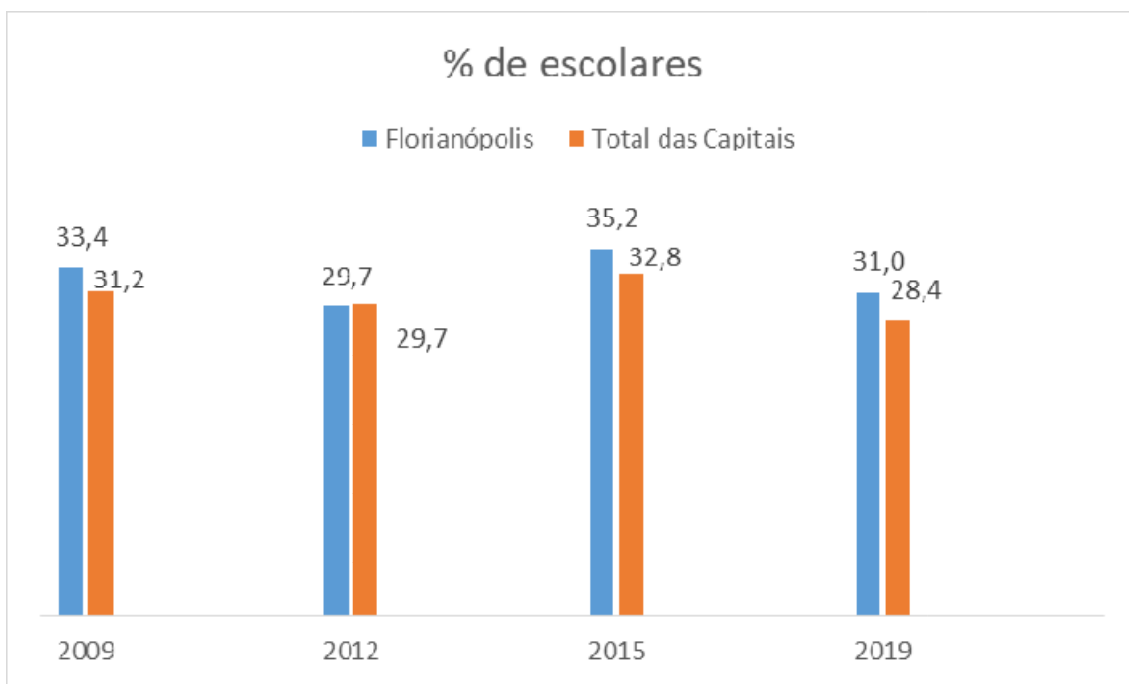
Gráfico 8. *Percentual de escolares do 9º ano do Ensino Fundamental do município de Florianópolis, com consumo de alimento marcador de alimentação saudável (legumes e/ou verduras) igual ou superior a cinco dias nos sete dias anteriores à pesquisa - 2009/2019.*



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009, 2012, 2015 e 2019.

Na série temporal ilustrada pelo gráfico 7, os escolares do 9º ano de Florianópolis apresentaram consumo de legumes e/ou verduras superior à média nacional.

Gráfico 9. *Percentual de escolares do 9º ano do Ensino Fundamental do município de Florianópolis com consumo de alimento marcador de alimentação saudável (frutas frescas ou salada de frutas) igual ou superior a cinco dias nos sete dias anteriores à pesquisa - 2009/2019*

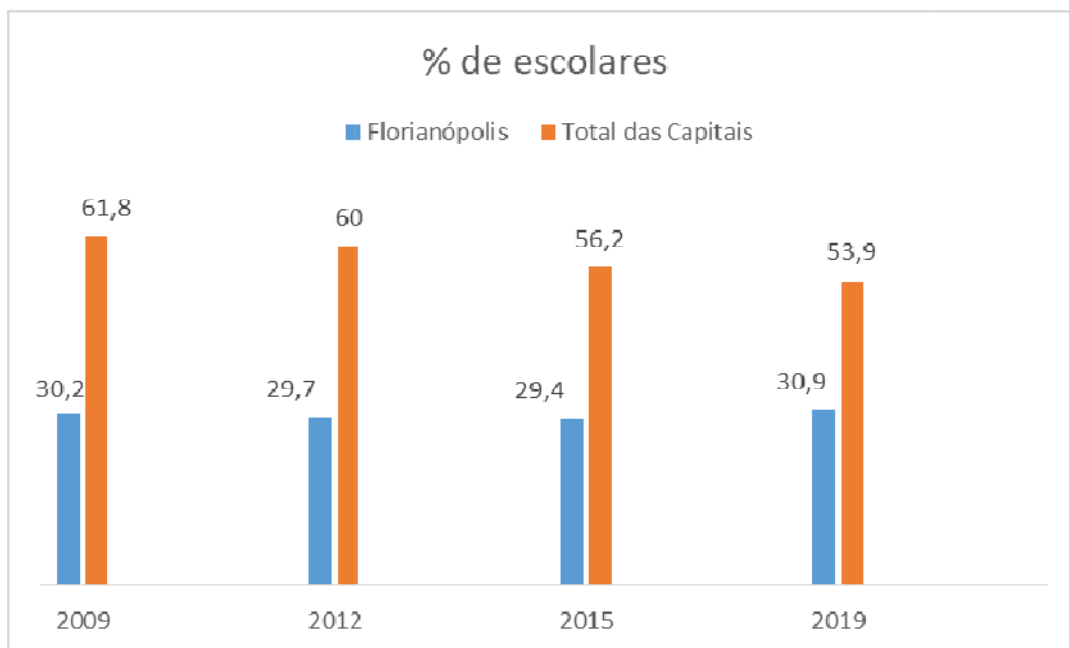


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009, 2012, 2015 e 2019.

Pelo gráfico 9 é possível perceber que o consumo de frutas pelos escolares do 9º ano de Florianópolis apresentou um consumo superior à média nacional nas pesquisas de 2009, 2015 e 2019.

Atualmente, nos cardápios praticados na RME são oferecidos diariamente porções de frutas, legumes e verduras em conformidade com a legislação vigente. Além de as unidades educativas terem autonomia na realização de projetos que incentivem o consumo desses itens.

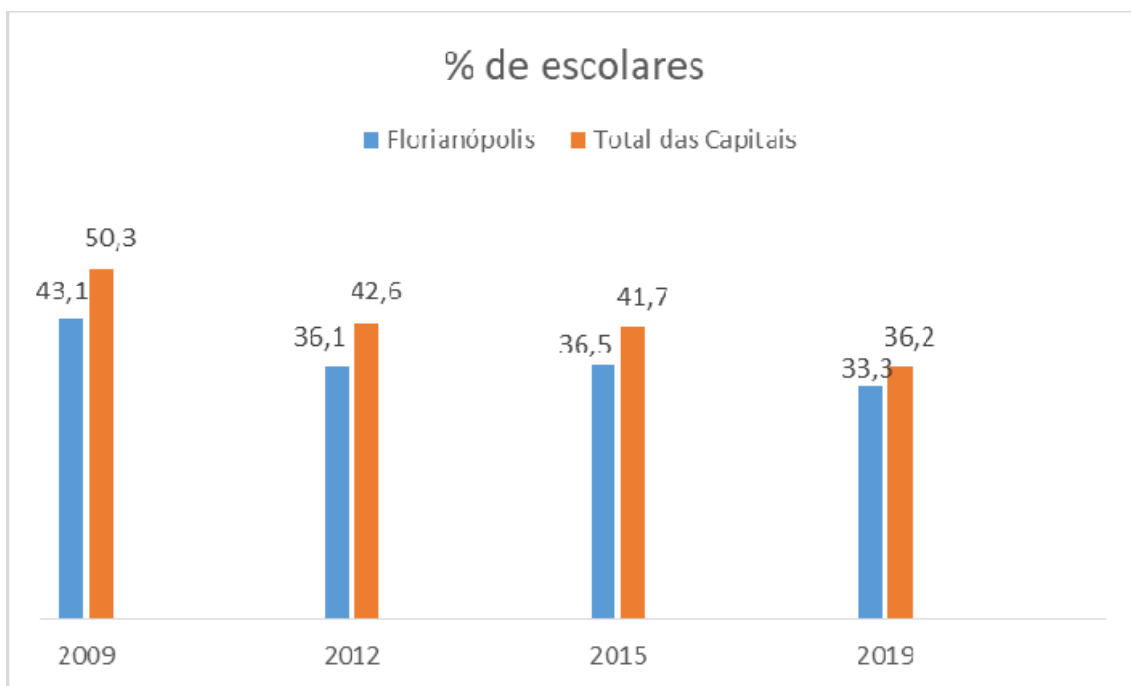
Gráfico 10. Percentual de escolares do 9º ano do Ensino Fundamental do município de Florianópolis com consumo de alimento marcador de alimentação saudável (feijão) igual ou superior a cinco dias nos sete dias anteriores à pesquisa - 2009/2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009, 2012, 2015 e 2019.

As informações mostradas pelo gráfico 10, apontam que em toda a série temporal, o consumo de feijão pelos escolares do 9º ano de Florianópolis esteve consideravelmente abaixo da média nacional. Desde 2015, o Departamento de Alimentação Escolar tem trabalhado em ações de educação alimentar e nutricional para aumentar o consumo de leguminosas entre os estudantes. Atualmente, são oferecidos diferentes tipos de feijões (preto, vermelho e carioca), lentilha, ervilha e grão de bico.

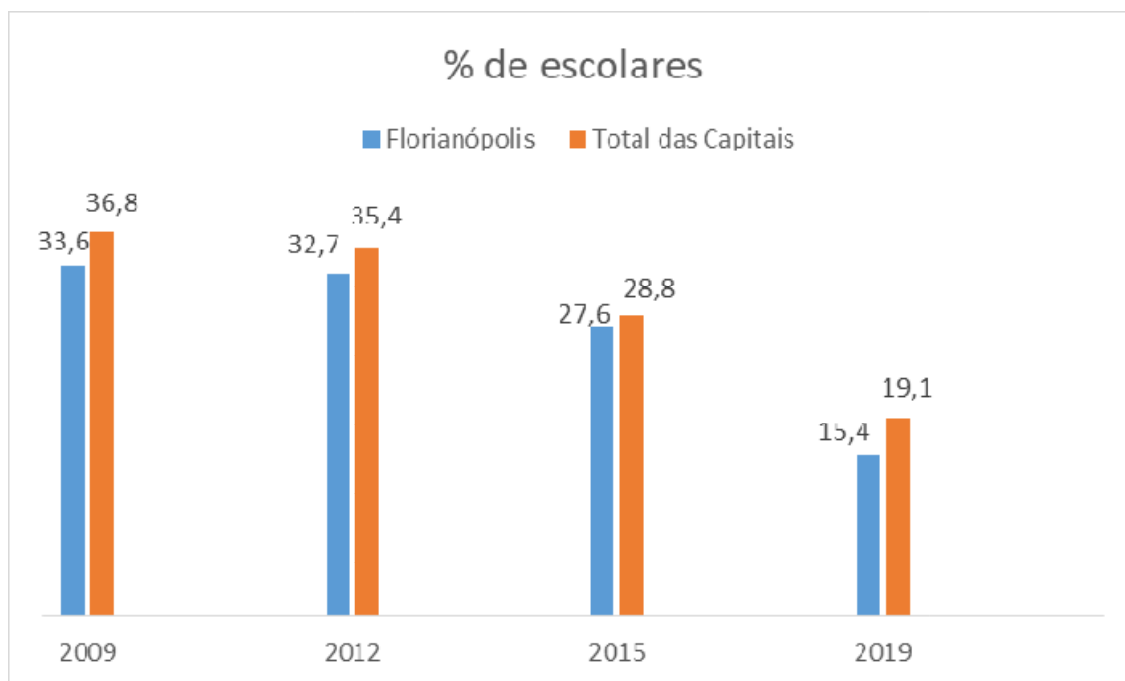
Gráfico 11. *Percentual de escolares do 9º ano do Ensino Fundamental do município de Florianópolis com consumo de alimento marcador de alimentação não saudável (gulseimas) igual ou superior a cinco dias nos sete dias anteriores à pesquisa - 2009/2019.*



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009, 2012, 2015 e 2019.

O gráfico 11 mostra que o consumo de guloseimas pelos escolares do 9º de Florianópolis teve uma redução ao longo dos anos, acompanhando a média nacional.

Gráfico 12. *Percentual de escolares do 9º ano do Ensino Fundamental do município de Florianópolis com consumo de alimento marcador de alimentação não saudável (refrigerante) igual ou superior a cinco dias nos sete dias anteriores à pesquisa - 2009/2019.*



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009, 2012, 2015 e 2019.

O gráfico 12 mostra uma redução, no período de 10 anos, de 45,8% do consumo de refrigerantes pelos escolares do 9º ano de Florianópolis. É o oitavo menor percentual entre as capitais brasileiras.

Como forma de incentivar a formação de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis dos estudantes, são desenvolvidas ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). As ações desenvolvidas na RME buscam sempre utilizar o alimento, a alimentação escolar e/ou a horta escolar como ferramenta pedagógica. São desenvolvidas pelos educadores ao longo do período letivo em todas as UEs, de acordo com o Plano Político-Pedagógico e também pela equipe de nutricionistas que atuam diretamente nas UEs.

Nesse sentido, a Secretaria de Educação de Florianópolis integra o Programa Cultiva Floripa, responsável pelas hortas pedagógicas no município. As hortas escolares pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis iniciaram em 2001 através do Projeto Horta Viva. A partir de 2009, com incentivo do Governo Federal as hortas passaram a fazer parte do Programa Educando com a Horta Escolar (PEHE).

São desenvolvidas nos NEIMs e EBs de Florianópolis, com o envolvimento dos alunos, pais e equipe pedagógica. A horta escolar, através da ação escolar, é capaz de gerar mudanças na cultura da comunidade no que se refere à alimentação, nutrição, à saúde, à qualidade de vida e à preservação do meio ambiente de forma sustentável.

Outra ação da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis foi a elaboração da Portaria Municipal nº221/2013 que foi substituída pela Portaria Municipal nº 183/2020. A portaria visa regulamentar a qualidade dos alimentos e preparações que são comercializados, doados e utilizados nos espaços educativos da RME garantindo assim a segurança alimentar e nutricional dos estudantes.

4. SAÚDE

Segundo a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 (BRASIL, 1990), a alimentação é um fator condicionante e determinante da saúde e as ações de alimentação e nutrição devem ser desempenhadas de forma transversal às ações de saúde, com formulação, execução e avaliação dentro das atividades e responsabilidades do sistema de saúde.

Em consonância com a lei supracitada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN, 2013) define que *“a alimentação e nutrição constituem-se em requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania.”*

Entre as nove diretrizes que integram a PNAN, ressalta-se a importância da Vigilância Alimentar e Nutricional. A vigilância alimentar e nutricional é imprescindível para a realização do diagnóstico situacional e a partir disso planejar a atenção nutricional e as ações relacionadas à promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável.

O SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional), é o sistema que operacionaliza e possibilita o monitoramento do padrão alimentar e o estado nutricional dos indivíduos atendidos pelo SUS, em todas as fases do curso da vida. De acordo com os relatórios do SISVAN, no município de Florianópolis em 2022, foram obtidos os seguintes dados:

Tabela 5. Estado nutricional segundo IMC x idade das crianças de 0 a 5 anos atendidas nos Centros de Saúde do município de Florianópolis no ano de 2022.

	n	%
Magreza Acentuada	23	0,4
Magreza	115	1,8
Eutrofia	4.431	69,8
Risco de Sobrepeso	1.237	19,5
Sobrepeso	375	5,9
Obesidade	165	2,6
Total	6346	100

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2022).

Tabela 6. Estado nutricional segundo IMC x idade das crianças de 5 a 10 anos atendidas nos Centros de Saúde do município de Florianópolis no ano de 2022.

	n	%
Magreza Acentuada	17	0,7
Magreza	58	2,5
Eutrofia	1.455	62
Risco de Sobrepeso	383	16,3
Sobrepeso	240	10,2
Obesidade	195	8,3
Total	2348	100

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2022).

Tabela 7. Estado nutricional segundo IMC x idade de adolescentes atendidas nos Centros de Saúde do município de Florianópolis no ano de 2022.

	n	%
Magreza Acentuada	20	0,6
Magreza	90	2,7
Eutrofia	1.875	56,8
Risco de Sobrepeso	628	19
Sobrepeso	510	15,4
Obesidade	182	5,5
Total	3.305	100

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2022).

Tabela 8. Estado nutricional segundo IMC de adultos atendidos nos Centros de Saúde do município de Florianópolis no ano de 2022.

	n	%
Baixo Peso	393	2,1
Eutrofia	5.336	28,8
Sobrepeso	5.501	29,7
Obesidade Grau I	3.980	21,5
Obesidade Grau II	2.008	10,8
Obesidade Grau III	1.313	7,1
Total	18.531	100

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2022).

Tabela 9. Estado nutricional segundo IMC de idosos atendidos nos Centros de Saúde do município de Florianópolis no ano de 2022.

	n	%
Baixo Peso	545	11,3
Eutrofia	1.575	32,5
Sobrepeso	2.717	56,2
Total	4.837	100

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2022).

Tabela 10. Estado nutricional segundo IMC de gestantes adolescentes atendidas nos Centros de Saúde do município de Florianópolis no ano de 2022.

	n	%
Baixo Peso	59	20,6
Eutrofia	131	45,6
Sobrepeso	61	21,3
Obesidade	36	12,5
Total	287	100

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2022).

Tabela 11. Estado nutricional segundo IMC de gestantes adultas atendidas nos Centros de Saúde do município de Florianópolis no ano de 2022.

	n	%
Baixo Peso	271	9,6
Eutrofia	1.004	35,5
Sobrepeso	813	28,8

Obesidade 736 26,1

Total 2.824 100

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2022).

Vale ressaltar que esses dados possuem vieses, uma vez que atualmente a aferição de peso e altura é realizada como critério para alguns encaminhamentos como, acompanhamento com nutricionista e/ou endocrinologista, gestantes de alto risco, avaliação de riscos cardiovasculares, entre outros, e não necessariamente são aferidos o peso e altura de todos os pacientes que chegam ao centro de saúde, não sendo possível assim uma avaliação comparativa.

Em setembro de 2022, iniciou-se a retomada do preenchimento do formulário de marcadores de consumo alimentar por parte das nutricionistas da atenção primária à saúde durante os atendimentos individuais. Este formulário está inserido no sistema de prontuário eletrônico, permitindo que os profissionais o preencham durante os atendimentos dos indivíduos; ficando os dados salvos no registro individual e, também, possibilitando que relatórios com os dados coletados sejam gerados.

Os dados ainda são ínfimos quando comparados com a população do município, porém em um total de 401 avaliados, consta que:

Tabela 12. Consumo Alimentar de adultos atendidos nos Centros de Saúde do município de Florianópolis entre os meses de setembro a dezembro de 2022.

Marcadores de Consumo Alimentar	n	%
Hábito de realizar no mínimo as três refeições principais do dia	1	0,2
Hábito de realizar as refeições assistindo à televisão	52	13
Consumo de feijão	1	0,2
Consumo de frutas	0	0

Consumo de verduras e legumes	128	32
Consumo de alimentos ultraprocessados	186	46,4
Consumo de hambúrguer e/ou embutidos	139	34,7
Consumo de bebidas adoçadas	134	33,4
Consumo de macarrão instantâneo, salgadinho de pacote ou biscoito salgado	59	14,7
Consumo de biscoito recheado, doces e guloseimas	71	17,7
Total	401	-

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2022).

Uma revisão da literatura realizada por Mazur e Navarro (2015), com o objetivo de relacionar a obesidade à insegurança alimentar, avaliou 32 artigos publicados entre 2002 e 2012 e concluiu que há associação entre a insegurança alimentar e a obesidade, de modo que o aumento da oferta de alimentos não saudáveis e/ou o acesso à esses alimentos pode ampliar o aumento do peso corporal, e levar ao quadro de obesidade.

DIAGNÓSTICO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

O município de Florianópolis não possui um indicador padronizado e / ou uma base de dados institucional com as informações precisas sobre Insegurança Alimentar. A avaliação é estimada direta ou indiretamente a partir de dados como renda, condições de vida e estado nutricional.

Em setembro de 2022, os nutricionistas da Atenção Primária à Saúde iniciaram a utilização da Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA). Essa avaliação consiste em aplicar as seguintes perguntas aos pacientes durante o atendimento: 1. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que você tivesse dinheiro para comprar mais comida? 2. Nos últimos três meses, você comeu apenas alguns alimentos que ainda tinha, por que o dinheiro acabou? Caso o indivíduo responda sim para uma questão da TRIA, o indivíduo e todos os moradores do seu domicílio podem estar em situação de

insegurança alimentar leve. Ao responder de forma afirmativa para duas questões da TRIA, o indivíduo e todos os moradores do seu domicílio podem estar em situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Ao responder não para as duas questões da TRIA, considera-se que o indivíduo e todos os moradores do seu domicílio estão em situação de segurança alimentar.

Nas situações onde a aplicação da TRIA identifica situação de insegurança alimentar, o profissional de saúde registra a insegurança alimentar no prontuário do indivíduo atendido, por meio da Classificação Internacional de Atenção Primária (CIAP), em campo específico, utilizando o código Z02 (Problemas relacionados à água/alimentação). O preenchimento deste código possibilita a exportação desse dado para o Ministério da Saúde. No ano de 2023 (janeiro a início de outubro), temos 344 situações de insegurança alimentar identificadas no município de Florianópolis, por meio da TRIA.

ESTRATÉGIAS AMAMENTA ALIMENTA BRASIL

A Estratégia Amamenta Alimenta Brasil (EAAB) visa intensificar as ações de apoio, proteção e promoção ao Aleitamento Materno e à Alimentação Complementar Saudável (crianças até 24 meses de idade) no SUS. Pretende incentivar a orientação alimentar para crianças menores de dois anos como atividade de rotina nos serviços de saúde, contemplando a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, com a introdução da alimentação complementar em tempo oportuno e de qualidade, respeitando a identidade cultural e alimentar das diversas regiões brasileiras.

A EAAB forma tutores aptos a apoiar, fortalecer, planejar, acompanhar e avaliar as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar nos Centros de Saúde.

A Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil está inserida no contexto da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Política Nacional de Atenção Básica, Política Nacional de Promoção da Saúde e da Rede Cegonha, que tem como eixo estratégico a promoção da alimentação adequada e saudável.

Esta estratégia também é desenvolvida nas escolas da rede pública, conforme já mencionado e resultados apresentados anteriormente, utilizando o Programa Saúde nas Escolas - PSE.

PROGRAMA DE FÓRMULAS INFANTIL

O Programa de Fórmulas Infantis Especiais de Florianópolis foi criado em 1994 e normatizado em 1998 na Rede Básica de Saúde Municipal. Ao longo dos anos, o Programa foi revisado e modificado, com o objetivo de se adequar às mudanças que aconteceram na rede de saúde de Florianópolis. Atualmente, o Programa conta com uma coordenação em nível central (Secretaria Municipal de Saúde - SMS), mas se insere nos processos de trabalho da rede de Atenção Primária e de Atenção Especializada de Florianópolis.

O Programa de Fórmulas Infantis Especiais tem como objetivo garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional das crianças com diagnóstico de distúrbios nutricionais. As fórmulas disponíveis são: fórmula infantil de primeiro semestre, fórmula infantil de segundo semestre, fórmula de origem vegetal, fórmula infantil semi-elementar, fórmula de aminoácido, módulo de triglicerídeos de cadeia média e dieta polimérica.

Considerando a necessidade de racionalizar a oferta de fórmulas infantis; de padronizar, dentro de princípios éticos, a variabilidade da prescrição, especialmente quanto ao uso racional de fórmulas infantis especiais; e a necessidade de ofertar um elenco definido de acordo com critérios técnicos, científicos e de estudos de medicina baseada em evidências clínicas, foi elaborado e disponibilizado o documento intitulado Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas, a fim de dar o rigor necessário à dispensação de fórmulas infantis. Esse protocolo passa por atualização periódica, a fim de se adequar a realidade do município. Estima-se que em 2022 foram acompanhadas 480 crianças e o recurso investido foi de R\$ 1.704.662,64.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

As Ações de Educação Alimentar e Nutricional são realizadas nos Centros de Saúde de forma individualizada ou coletiva de acordo com as rotinas das equipes. Por meio do Programa Saúde na Escolas (PSE), neste ano, iniciou-se um novo Ciclo do PSE (2023/2024). Como uma das ações prioritárias do programa, tem-se a Alimentação Saudável e a Prevenção da Obesidade. Foram realizadas atividades com foco em Educação em Saúde, o procedimento de Antropometria e a aplicação do questionário de marcadores de consumo alimentar em 40 unidades escolares até o momento.

CULTIVA FLORIPA – Hortas dos Centros de Saúde – CS's

Em 2014, foram avaliadas as condições alimentares da população de Florianópolis por meio de inquéritos populacionais. Foi evidenciado o alto grau de obesidade e hipertensão arterial. A agricultura urbana foi elencada como uma estratégia promissora neste domínio e que dialoga com os princípios da política nacional de promoção da saúde e o conceito de cidades sustentáveis. A partir de 2015 foram realizados diversos mutirões para implantação das hortas nos centros de saúde. As hortas estimulam o consumo das plantas alimentícias não convencionais, alimentos frescos e saudáveis, sem agrotóxicos.

FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA EM ESTABELECIMENTOS DA ÁREA DE ALIMENTOS

A Gerência de Vigilância Sanitária, incluída na Secretaria Municipal de Saúde, realiza o trabalho de fiscalizar estabelecimentos, dentre eles aqueles que produzem, embalam, distribuem e/ou comercializam alimentos. Nestes locais, a inspeção tem o objetivo de verificar o cumprimento das boas práticas de manipulação de alimentos, para que os alimentos que cheguem à população tenham segurança sanitária. No ano de 2022 foram realizadas 3.210 inspeções sanitárias em estabelecimentos de alimentos.

FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA EM CANTINAS ESCOLARES

Especificamente nos estabelecimentos de comércio de alimentos que funcionam dentro de escolas, é realizado o trabalho de fiscalização das condições higiênico sanitárias, porém também, dos tipos de alimentos servidos, já que as legislações Lei Municipal 5358/2001 e Resolução DVS/SMS 001/2019 regulam quais alimentos podem ser

comercializados nestes locais, com o objetivo de que sejam oferecidos alimentos mais saudáveis e que as escolas sejam um ambiente de educação nutricional. Em 2022 foram realizadas 137 inspeções sanitárias em cantinas escolares. Na primeira inspeção do ano, em março, somente 30% das escolas estavam completamente regulares quanto aos alimentos ofertados. Na última inspeção do ano, em novembro, 90% das escolas estavam completamente regulares quanto aos alimentos ofertados.

PROGRAMA ESTADUAL DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE SANITÁRIA DOS ALIMENTOS - PEMQSA

A Gerência de Vigilância Sanitária do município de Florianópolis participa do PEMQSA há mais de 15 anos, coletando alimentos, determinados pelo Programa, em estabelecimentos do município. Estes alimentos são encaminhados ao Laboratório Estadual (LACEN) para diversas análises, a depender do tipo de alimento, dentre elas, microbiológica, de composição, do uso de corantes e outros aditivos, entre outras.

5. MEIO AMBIENTE

O município de Florianópolis possui 62% de seu território cobertos por florestas, predominantemente nativas, restingas e manguezais. Mais de 65% da água distribuída na Capital é captada nos municípios vizinhos.

Salientam-se as relações de interdependência dos sistemas e a necessidade de se ter uma visão holística sobre a complexidade da relação intrínseca entre seres vivos e ambiente. Esta compreensão colabora para o enfrentamento de desafios impostos à sociedade contemporânea de ressignificar a influência do homem na natureza.

GESTÃO DE RESÍDUOS

De todo lixo gerado no município, 90% é destinado ao aterro sanitário de outra cidade, que fica a 40 km da Capital. Para minimizar essa situação foi criado o Programa Lixo Zero 2030, pelo Decreto nº 18.646/2018, que tem por objetivo recuperar 90% dos resíduos orgânicos e 60% dos recicláveis que seriam destinados ao aterro sanitário.

COMPOSTAGEM

A compostagem é a reciclagem dos resíduos orgânicos reduzindo a quantidade de resíduos que seguem para o aterro sanitário, proporcionando economia na coleta e destino final. Consiste em um processo natural de decomposição da fração orgânica, por meio da ação de microrganismos, principalmente fungos e bactérias aeróbias. Processo que necessita de oxigênio e determinadas condições de temperatura e umidade e do qual resultam o composto sólido e o líquido (biofertilizante). O composto sólido e o líquido contém nutrientes ricos para o solo e plantas.

I- Composteira Termofílica

O principal sistema de compostagem adotado no município de Florianópolis é o da Compostagem Termofílica em Leiras Estáticas com Aeração Passiva, conhecido como “Método UFSC”. É um processo de decomposição microbiológica da matéria orgânica, que depende de oxigênio e gera calor. A aeração ocorre de maneira passiva por convecção natural, onde o ar quente sai pelo topo e o ar frio é sugado pela base da leira (pilha, montanha de resíduos orgânicos).

II – Vermicompostagem

A vermicompostagem é um sistema similar à compostagem na qual os organismos responsáveis pela decomposição dos resíduos são as minhocas, especialmente da espécie *Eisenia Foetida*, a minhoca vermelha californiana. O processo de transformação ocorre quando as minhocas se alimentam, transformando os resíduos orgânicos em húmus. Também na vermicompostagem é obtido composto líquido, que deve ser diluído em água e utilizado como adubo. O uso de minhocas californianas tem o objetivo de acelerar o processo de biodecomposição da matéria orgânica. Não ocorre produção de calor, já que o material orgânico é digerido pelas minhocas em vez de ser decomposto pelos microrganismos.

O Programa Minhoca na Cabeça do município de Florianópolis, até 2023, já entregou 2 mil kits de compostagem doméstica (minhocários), oferecendo capacitação e doação de

minhocas, facilitando a cada pessoa possuir, em sua própria residência, sua estação de compostagem doméstica e promoção de atividades para uso do adubo orgânico gerado em hortas e para produção de alimentos.

III – Compostagem comunitária

A gestão comunitária de resíduos orgânicos pressupõe responsabilidade compartilhada e construção coletiva. Para garantir a representatividade social e diversidade local na análise, elaboração, execução e avaliação de ações colaborativas nas etapas a seguir:

1. Formação de grupo comunitário.
2. Definição de Métodos de sensibilização das famílias para a segregação doméstica.
3. Articulação com o poder público e iniciativa privada.
4. Definição de Metodologia de compostagem a ser adotada.
5. Promoção de atividades para uso do adubo orgânico.

Benefícios

A gestão local dos resíduos orgânicos favorece o envolvimento da comunidade para a sensibilização e educação ambiental das famílias, promovendo práticas de limpeza das ruas e da agricultura urbana, redução de focos de doenças e consumo de alimentos saudáveis. Também permite economia de recursos naturais e públicos, ao reduzir a quantidade de materiais que são aterrados e gerando ganhos com a reciclagem.

COLETA SELETIVA

A “Economia-Borboleta”, na qual o município está inserido, tem como objetivo utilizar os materiais renováveis, nutrientes biológicos e técnicos, fazendo uma cadeia de processos, com o intuito de regenerar e reutilizar, permitindo assim minimizar as perdas de calor e matéria.

Atualmente, o município possui a “coleta seletiva FLEX”, que coleta resíduos diferentes em dias diferentes, maximizando a separação dos resíduos pelos próprios munícipes.

Com a compostagem e seleção de resíduos para reciclagem, Florianópolis está entre as cidades com a melhor economia circular de resíduos do País. Nesse sentido, além da economia pelo descarte correto dos resíduos, há ganho na renda de várias famílias que se beneficiam das cooperativas de reciclagem, aumentando a renda familiar.

Conforme já mencionado, a adoção da compostagem termofílica e vermicompostagem como métodos de tratamento dos resíduos orgânicos representa um processo educativo e de monitoramento, visando disseminar práticas sustentáveis bem como proporcionar a segurança técnica e ambiental destas iniciativas. O composto orgânico é utilizado na manutenção e construção das hortas comunitárias e institucionais, proporcionando o retorno de nutrientes essenciais ao solo e contribuindo nesta caminhada para uma cidade mais sustentável.

O município também possui a coleta de verdes que recolhe uma média de 3 toneladas por ano e é utilizada nos locais onde é feita a compostagem pela Prefeitura. Além disso, instituiu os PEVs (Pontos de Entrega Voluntária) de vidro, que minimiza acidentes com os coletores e faz a destinação correta do material.

A **Figura 2** mostra os resultados da gestão de resíduos do município de Florianópolis entre os anos de 2017 e 2023, bem como dados do resíduo metro para o ano corrente.



Figura 2: Fonte site da Prefeitura de Florianópolis

Resultados das coletas de orgânicos, recicláveis e rejeitos, respectivamente, realizadas no município de Florianópolis, são apresentados nas figuras a seguir:

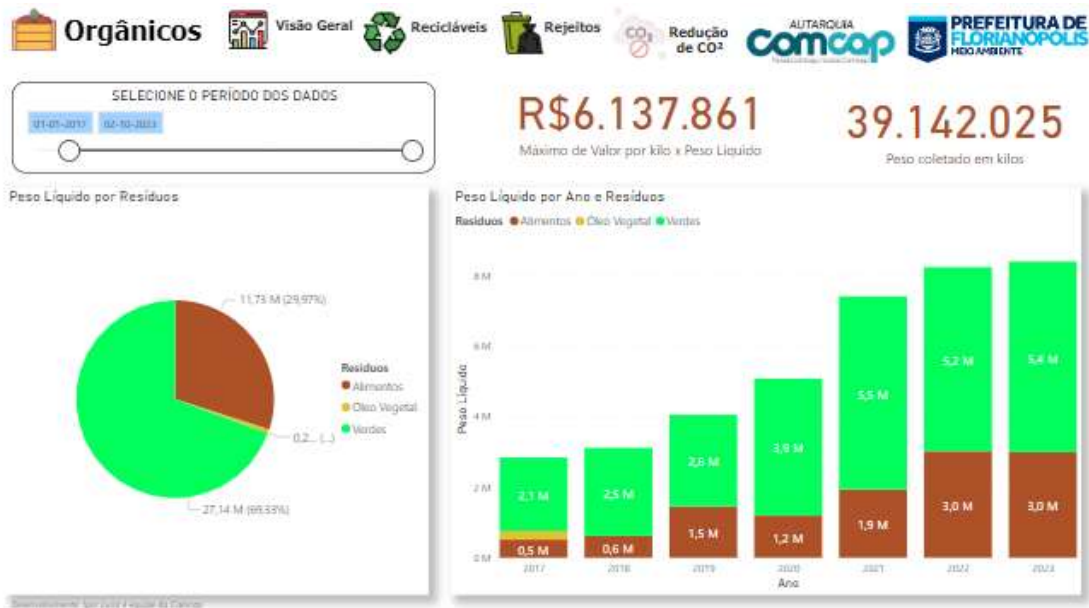


Figura 3: Fonte site da Prefeitura de Florianópolis

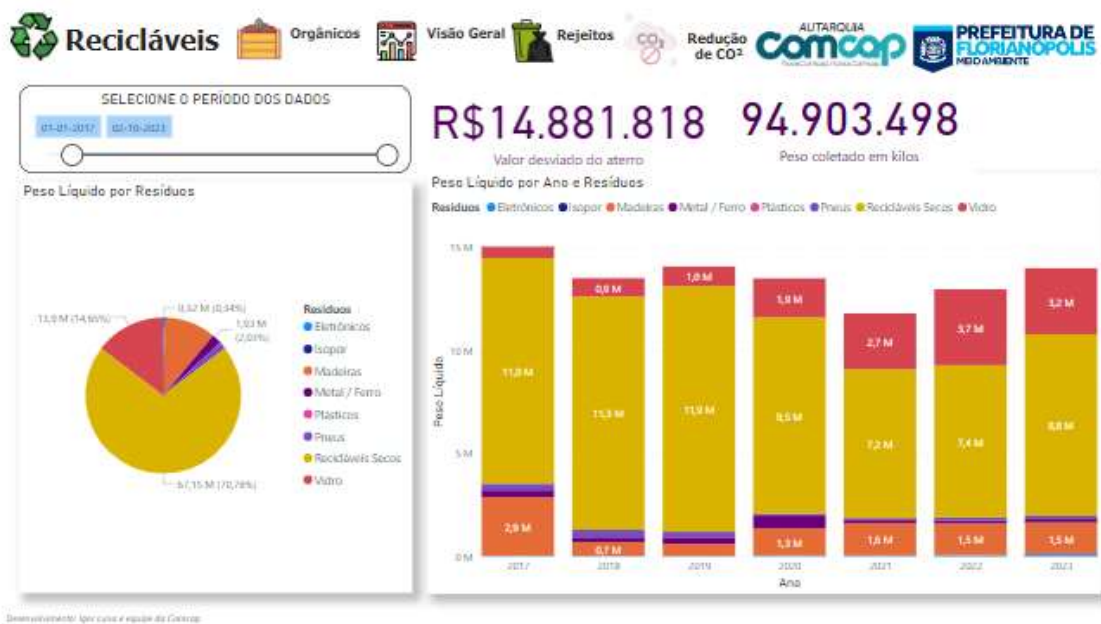


Figura 4: Fonte site da Prefeitura de Florianópolis

CULTIVA FLORIPA- Programa Municipal de Agricultura Urbana

É um programa voltado ao desenvolvimento da agricultura em espaços urbanos, com o objetivo de trazer à população do município de Florianópolis a consciência de uma alimentação de qualidade biológica superior, melhoria da qualidade de vida através da promoção da saúde, bem-estar, estímulo à compostagem, valorização de atitudes sustentáveis e aproveitamento de espaços públicos para socialização.

A Agricultura Urbana de base agroecológica apresenta-se como caminho para o desenvolvimento sustentável. É um aliado importante na resolução de muitos problemas sociais, econômicos e ambientais que afetam a maioria das cidades, como a ampliação e conservação de áreas verdes, a produção de alimentos frescos e saudáveis, a geração de emprego e renda e a segurança alimentar, constituindo assim uma atividade que gera benefícios para toda a sociedade. O engajamento e contentamento de todos com este dispositivo de cuidado às pessoas e ao meio ambiente transformam espaços urbanos coletivos e resgatam o senso de pertencimento e de comunidade e favorecem a solidariedade.

I - Princípios

Promover ações relativas à alimentação adequada e saudável, visando à promoção da saúde e à segurança alimentar e nutricional, contribuindo com as ações e metas de redução da pobreza, com a inclusão social e com a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Além de promover o desenvolvimento sustentável, mobilizar e articular ações governamentais, não governamentais, incluindo o setor privado e a sociedade civil, nos diferentes cenários, como cidades, campo, floresta, águas, bairros, territórios, comunidades, habitações, escolas, igrejas, empresas e outros, permitindo a interação entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável na produção social da saúde em articulação com os demais temas prioritários.

II - Bases conceituais

O “Cultiva Floripa” - Programa Municipal de Agricultura Urbana promove práticas agroecológicas na produção, agroextrativismo, coleta e transformação gerando produtos de forma segura, voltados ao consumo próprio, trocas, doação, e comercialização,

aproveitando de forma eficiente e sustentável os recursos locais. Busca melhorar as condições nutricionais, de saúde, lazer, saneamento, valorização da cultura, interação comunitária, educação ambiental, cuidado com o meio ambiente, função social do uso do solo, geração de emprego e renda, melhoria urbanística da cidade e sustentabilidade.

Contempla os seguintes processos:

I - Gestão dos resíduos orgânicos por meio de compostagem e vermicompostagem;

II - Produção de mudas e sementes;

III - Aumento da biodiversidade;

IV - Certificação participativa de produção orgânica;

V - Uso sustentável dos recursos naturais como o aproveitamento de água da chuva, produção de energia solar, uso de materiais reciclados.

III - Atividades do Programa Cultiva Floripa

As principais atividades do Programa Cultiva Floripa são a implementação de:

- Hortas Comunitárias Urbanas: Caracteriza-se pelo apoio ao cultivo em vazios urbanos na cidade de Florianópolis, realizados por equipe técnica-operacional e mantidos por moradores, ou associações ou entidades.

- Hortas Institucionais: Caracteriza-se pelo apoio ao cultivo em espaços institucionais, tais como escolas, centros de saúde e CRAS. Visa ações de educação ambiental, alimentar e terapêutica em espaços e terrenos públicos, com ações realizadas por equipe técnica-operacional e mantidos por moradores, funcionários e usuários dos mesmos, também com objetivos ocupacionais e de caráter social.

IV - Objetivos

- Ampliar, fortalecer e consolidar as diversas formas de se fazer agricultura nas cidades;

- Construir um modelo de desenvolvimento urbano mais justo e democrático que possibilite uma alimentação saudável para todos os seus habitantes;
- Aumentar a capacidade da agricultura de base agroecológica de cumprir múltiplas funções de interesse público na produção sustentável de alimentos, plantas medicinais e demais produtos da sociobiodiversidade e da conservação do patrimônio cultural e natural;
- Estimular o tratamento descentralizado e a gestão comunitária dos resíduos sólidos orgânicos;
- Fomentar no âmbito das cidades, de redes locais de economia solidária, de atividades contínuas de educação e de formação com vistas à estruturação de sistemas justos e sustentáveis de produção, doação e/ou comercialização e consumo de alimentos;
- Estimular as práticas alimentares e hábitos de vida saudáveis;
- Aumentar o capital social em áreas de vulnerabilidade sócio ambiental e,
- Contribuir com a implantação das Políticas Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e Promoção da Saúde, por meio da aproximação de instituições públicas, privadas e da sociedade civil.

V - Resultados

- Acesso da população a alimentos saudáveis e de baixo custo oriundos da agricultura urbana de base agroecológica;
- Incentivo ao cultivo de hortas urbanas em espaços públicos, comunitários ou residenciais como quintais, terraços, tetos, sacadas, escolas, creches, centros de saúde, centros de assistência social, entre outros;
- Apoio à comercialização de produtos orgânicos derivados da agricultura urbana de base agroecológica em diversos pontos da cidade, priorizando a venda direta do produtor de acordo com a legislação vigente;
- Incentivo a agricultura familiar e associativismo comunitário;
- Desenvolvimento de atividades pedagógicas, lúdicas e terapêuticas para a população geral, priorizando a participação de estudantes, idosos, mulheres, pessoas abrigadas, pessoas em liberdade assistida, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, associações comunitárias, famílias em vulnerabilidade social e famílias com filhos pequenos;

- Manutenção de terrenos limpos, livres de agentes patogênicos ou vetores de doenças;
- Arborização das áreas urbanas com espécies da flora nativa e frutíferas observadas as orientações e procedimentos técnicos dos órgãos competentes para a implantação e manutenção da arborização no ambiente, natural e construído;
- Desenvolvimento de tecnologias sociais de base agroecológica promovendo a Agricultura Urbana.

VI - Gestão do Programa Cultiva Floripa

O estabelecimento de parcerias interinstitucionais representa um importante mecanismo para o desenvolvimento das cidades, buscando elaborar um sistema organizacional capaz de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos comuns. A gestão do Programa é compartilhada e envolve a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Educação e a Subsecretaria de Pesca, Maricultura e Agricultura. O grupo gestor tem o papel de fomentar e desenvolver hortas em Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades Educativas, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Assistência Psicossocial (CAPS), Áreas Verdes de Lazer, e em espaços comunitários do município.

A organização do programa destaca 3 eixos estruturais: 1) administrativo, 2) técnico pedagógico e 3) operacional, com foco na intersetorialidade, com ampla participação e transparência tendo como meta o estabelecimento de políticas públicas efetivas para o setor, e 4 eixos conceituais de trabalho: I) núcleos de fomento, pesquisa, ensino e extensão: áreas de vulnerabilidade social, áreas verdes ociosas, parques e praças, hortos municipais, unidades de saúde, unidades educativas e hortas comunitárias. II) núcleos de produção: hortos municipais, unidades de saúde, unidades educativas e hortas comunitárias. III) núcleos de valorização dos resíduos sólidos orgânicos: ecopontos, pátios de compostagem comunitária e compostagem domiciliar “minhoca na cabeça”. IV) núcleos de comercialização: feiras.

VII - Diretrizes e resultados obtidos

As Hortas são implantadas, revitalizadas e cuidadas por profissionais dos serviços e comunidades, com suporte técnico agroecológico e multidisciplinar, apoio na mão de obra e fornecimento de insumos e equipamentos.

Atualmente o programa atende a 31 hortas comunitárias, 68 hortas pedagógicas, 31 centros de saúde, 3 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), 2 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e 1 Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CCFV), apoia a feira de orgânicos na cidade e desenvolve projetos e atividades de formação técnica e de integração em Educação Ambiental como:

HORTAS COMUNITÁRIAS

As hortas comunitárias representam uma importante estratégia de sensibilização e aproximação das pessoas, entre si e aos ciclos e ritmos da natureza. São espaços privilegiados de aprendizagem, onde todos e todas trocam saberes e a educação ambiental acontece quando os que aprendem também ensinam. Assuntos diversos são destacados nesses momentos como: estratégias de sensibilização e mobilização comunitárias; gestão institucional e ou comunitária de sistemas de tratamento de resíduos orgânicos (compostagem, vermicompostagem); técnicas de plantios; plantas nativas, exóticas, espontâneas, invasoras, e ainda discussões sobre sustentabilidade dos diferentes sistemas.

Hortas Institucionais

I - Hortas pedagógicas

São desenvolvidas nos Núcleos de Educação Infantil (NEIM) e Escolas Básicas Municipais (EBM) de Florianópolis, com o envolvimento dos alunos, pais e equipe pedagógica. A horta escolar, através da ação escolar, é capaz de gerar mudanças na cultura da comunidade no que se refere à alimentação e nutrição, à saúde, à qualidade de vida e à preservação do meio ambiente de forma sustentável.

A horta é uma estratégia viva capaz de:

- Promover estudos, pesquisas, debates e atividades sobre questões ambientais, alimentares e nutricionais;
- Estimular o trabalho pedagógico dinâmico, participativo, prazeroso, inter e transdisciplinar;
- Proporcionar descobertas;
- Gerir aprendizagens múltiplas;
- Integrar os diversos profissionais da escola por meio de temas relacionados com a educação ambiental, alimentar e nutricional.

II - Hortas em Centros de Saúde – CS

A temática foi inserida no processo de trabalho da Coordenação da Promoção da Saúde, a partir do Planejamento Estratégico da Diretoria de Vigilância em Saúde. Avaliamos as condições alimentares da população de Florianópolis e encontramos dados como alto grau de obesidade e hipertensão, que nos levaram a elencar a promoção de alimentação saudável como estratégia para melhorar indicadores que se mostram desfavoráveis.

Elencamos a Agricultura Urbana como uma estratégia promissora neste domínio e que dialoga com os princípios da Política Nacional de Promoção da Saúde e o conceito de Cidades Sustentáveis.

Com a perspectiva de contribuir para a atenção à saúde no cuidado pessoal, comunitário e ambiental foram implantadas hortas comunitárias de base agroecológica nas Unidades Básicas de Saúde de Florianópolis. As hortas se revelam como um espaço de convívio, lazer e aprendizagem, com um forte potencial sociocultural e de incremento da qualidade de vida dos seus utilizadores. Também é uma forma de se conhecer melhor a vizinhança, revitalizar o uso do espaço urbano aumentando as áreas verdes na cidade e estimulando o consumo de alimentos frescos e saudáveis, sem agrotóxicos. As plantas medicinais predominam nos cultivos, e expressam o investimento local na implementação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares onde se inclui a prescrição de fitoterápicos pelos profissionais de saúde.

FEIRAS LIVRES

De acordo com o Decreto Municipal 17.688 de 5 de junho de 2017, que criou o Programa Municipal de Agricultura Urbana, outro aspecto importante é a comercialização dos produtos orgânicos em feiras livres. Neste sentido, tem-se organizado os espaços públicos e o estabelecimento de regramentos para a utilização destes, bem como a criação de uma identificação visual e a legalização dos pontos de comercialização de orgânicos, promovendo segurança ao consumidor e valorizando o produtor de orgânicos da região da grande Florianópolis.

As feiras de orgânicos estão descentralizadas no município, sendo elas:

- Feira de orgânicos do Largo da Alfândega - quartas e sábados das 7h às 13h;
- Feira de orgânicos do Jardim Botânico - sábados das 13h às 18h;
- Feira de orgânicos do CCA - UFSC - sextas-feiras das 7h às 13h e,
- Feira agroecológica da Lagoa da Conceição - domingos das 7h às 13h.

A intenção é promover gradativamente o consumo de orgânicos para que mais feiras sejam criadas em outros pontos do município.

CURSOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Prefeitura de Florianópolis desenvolve projetos e atividades de formação técnica e de integração em Educação Ambiental. O Jardim Botânico de Florianópolis é o polo central de várias atividades dentre elas: vermicompostagem (compostagem com minhocas), palestras de gerenciamento de resíduos, oficinas de compostagem, horticultura e produção de mudas, visitas técnicas guiadas e o manuseio e cultivo de plantas medicinais.

Os viveiros de mudas são outro ponto importante para que várias ações sejam realizadas. Atualmente o Município de Florianópolis dispõe de cinco viveiros para a produção de mudas com diferentes finalidades:

- Viveiro do Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri
Produção de espécies arbóreas nativas da Mata Atlântica.
- Viveiro do Parque Ecológico do Córrego Grande
Produção de espécies arbóreas frutíferas nativas da Mata Atlântica, plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e plantas medicinais.
- Viveiro do Ribeirão da Ilha
Produção de espécies ornamentais.
- Viveiro do Jardim Botânico
Produção de mudas de hortaliças, plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e plantas medicinais.

FAZENDA URBANA – JARDIM BOTÂNICO

Horta Agroecológica e Mandala Medicinal

Com base nos princípios da agroecologia, visando à sustentabilidade, práticas ecológicas e sociais, a horta agroecológica busca preservar a biodiversidade produzindo alimentos saudáveis sem agrotóxicos. Já a mandala medicinal apresenta diversas plantas com propriedades terapêuticas que são matrizes destinadas à produção de mudas do programa de agricultura urbana “Cultiva Floripa”.

A mandala sensorial representa uma importante ferramenta de ensino em processos educativos de Educação Socioambiental, voltada, principalmente, para pessoas que possuem necessidades especiais, utilizando-se diferentes formas de sensibilização, paladar, audição, tato e olfato.

Viveiro de mudas

Destinado à produção de mudas de plantas, principalmente para o programa de agricultura urbana “Cultiva Floripa”. São produzidas mudas de hortaliças, temperos, plantas medicinais e aromáticas. O viveiro proporciona ambiente favorável para o desenvolvimento saudável das plantas, para que cheguem até as hortas comunitárias,

escolas, centros de saúde, e contribuam na produção de alimentos saudáveis e através de práticas integrativas que proporcionam vivência e interação social.

Dentro da Fazenda Urbana do Jardim Botânico temos ainda uma pátio didático de compostagem, uma coleção de frutíferas um meliponário de abelhas nativas sem ferrão e uma agrofloresta.

6. DA TERRA E DO MAR PARA DA MESA

Agricultura, Pesca e Maricultura são atividades do setor primário que desempenham um papel crucial na segurança alimentar, abrangendo a disponibilidade, a acessibilidade e o uso adequado de alimentos. Esses setores em conjunto são as principais fontes de alimentos e influenciam diretamente os preços a serem disponibilizados aos consumidores.

As práticas dessas atividades sustentáveis são essenciais para assegurar a segurança alimentar a longo prazo, apesar dos desafios como as mudanças climáticas, o desperdício de alimentos e a desigualdade de acesso. Portanto, tem um papel fundamental em promover práticas sustentáveis e políticas eficazes para garantir que todos tenham acesso a alimentos nutritivos em quantidade suficiente.

AGRICULTURA

A Rede Municipal de Agricultura Urbana foi formada em 8 de agosto de 2015, a partir do reconhecimento e articulação realizada entre lideranças comunitárias, membros de coletivos, educadores, estudantes, agrônomos, profissionais da Saúde e da Assistência Social, empreendedores e agricultores urbanos. Essa rede tem como objetivo dar visibilidade e reconhecer social, política e juridicamente as iniciativas de Agricultura Urbana em Florianópolis. O setor de agricultura desempenha papel importantíssimo, trazendo benefícios econômicos, ambientais e culturais para a cidade.

A agricultura tem como objetivos fomentar o fornecimento de alimentos locais para os residentes, impulsionar a economia das famílias envolvidas, promover práticas sustentáveis, contribuir para a identidade cultural, apoiar a alimentação escolar,

aumentar a resiliência climática e promover a agricultura urbana. Portanto, a agricultura local auxilia no fornecimento de produtos para a população, mas também desempenha um papel vital no desenvolvimento e na qualidade de vida da comunidade. Nesse contexto, Florianópolis tem diversas áreas com uma vegetação exuberante e áreas de características rurais propícias à produção agrícola familiar.

No fim do ano de 2022 tinham 62 agricultores e 61 pecuaristas com Inscrições Estaduais ativas cadastrados na Secretaria do Estado da Fazenda.

A Prefeitura de Florianópolis e o Poder Legislativo vêm apoiando esse setor para que cada vez mais tenha alimento de qualidade, criando políticas e programas municipais que visam à qualidade biológica superior dos alimentos e também à proteção do meio ambiente.

Tabela 13. Dados do Censo Agropecuário 2017

Características dos estabelecimentos		
Área dos estabelecimentos agropecuários	4.592	hectares
Condição legal do produtor		
Condomínio, consórcio ou união de pessoas	215	hectares
Produtor individual	4.198	hectares
Condição do produtor em relação às terras		
Proprietário(a) inclusive os(as) co-proprietários(as) de terras tituladas coletivamente	3.605	hectares
Parceiro(a)	88	hectares
Comodatário(a) (inclusive com termo de autorização de uso sustentável - TAUS)	585	hectares
Utilização das terras		
Permanentes	91	hectares
Temporárias	282	hectares
Área para cultivo de flores	3	hectares
Sistema de preparo do solo		
Plantio direto na palha	19	hectares

Área irrigada	157	hectares
Número de estabelecimentos agropecuários	211	estabelecimentos

Condição legal do produtor

Condomínio, consórcio ou união de pessoas	29	estabelecimentos
Cooperativa	1	estabelecimentos
Governo (federal, estadual ou municipal)	2	estabelecimentos
Instituição de utilidade pública	1	estabelecimentos
Produtor individual	176	estabelecimentos
Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada	2	estabelecimentos

Condição do produtor em relação às terras

Proprietário(a) inclusive os(as) coproprietários(as) de terras tituladas coletivamente	103	estabelecimentos
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	72	estabelecimentos
Arrendatário(a)	12	estabelecimentos
Parceiro(a)	6	estabelecimentos
Comodatário(a) (inclusive com termo de autorização de uso sustentável - TAUS)	13	estabelecimentos
Ocupante (a justo título ou por simples ocupação)	2	estabelecimentos
Produtor sem área	3	estabelecimentos

Sexo do produtor

Masculino	179	estabelecimentos
Feminino	26	estabelecimentos
Não se aplica	6	estabelecimentos

Escolaridade do produtor

Nunca frequentou escola	5	estabelecimentos
Classe de alfabetização – CA	2	estabelecimentos
Antigo primário (elementar)	41	estabelecimentos
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	13	estabelecimentos
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	38	estabelecimentos
EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	2	estabelecimentos
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	6	estabelecimentos
Regular de ensino médio ou 2º grau	33	estabelecimentos
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	4	estabelecimentos
Superior - graduação	57	estabelecimentos
Mestrado ou doutorado	4	estabelecimentos

Não se aplica	6	estabelecimentos
<i>Classe de idade do produtor</i>		
Menor que 25 anos	1	estabelecimentos
De 25 a menos de 35 anos	15	estabelecimentos
De 35 a menos de 45 anos	38	estabelecimentos
De 45 a menos de 55 anos	45	estabelecimentos
De 55 a menos de 65 anos	55	estabelecimentos
De 65 a menos de 75 anos	38	estabelecimentos
De 75 anos e mais	13	estabelecimentos
Não se aplica	6	estabelecimentos
<i>Cor ou raça do produtor</i>		
Branca	185	estabelecimentos
Preta	1	estabelecimentos
Amarela	3	estabelecimentos
Parda	15	estabelecimentos
Indígena	1	estabelecimentos
<i>Assistência técnica</i>		
Recebe	92	estabelecimentos
Não recebe	113	estabelecimentos
<i>Adubação</i>		
Fez adubação	67	estabelecimentos
Não fez adubação	141	estabelecimentos
<i>Agrotóxicos</i>		
Utilizou	4	estabelecimentos
Não utilizou	204	estabelecimentos
<i>Financiamentos/Empréstimos</i>		
Obteve	11	estabelecimentos
Não obteve	200	estabelecimentos
<i>Utilização das terras</i>		
Lavouras		
Permanentes	24	estabelecimentos
Temporárias	61	estabelecimentos
Área para cultivo de flores	12	estabelecimentos

Sistemas agroflorestais

Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	2	Estabelecimentos
---	---	------------------

Sistema de preparo do solo

Cultivo convencional	8	Estabelecimentos
Cultivo mínimo	40	Estabelecimentos
Plantio direto na palha	15	Estabelecimentos
Com pessoal ocupado	211	Estabelecimentos

Tratores, implementos e máquinas

Tratores	28	Estabelecimentos
Semeadeiras/plantadeiras	2	Estabelecimentos
Colheitadeiras	1	Estabelecimentos
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	2	Estabelecimentos
Área irrigada	24	Estabelecimentos

Lavoura permanente

Banana (nº de estabelecimentos agropecuários com 50 pés ou mais)	14	Estabelecimentos
Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	12	Toneladas
Número de pés existentes nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	2	(x 1000) unidades
Área nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	4	Hectares
Área colhida nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	2	Hectares
Valor da produção nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	31,87 1	(x 1000) R\$
Café (nº de estabelecimentos agropecuários com 50 pés ou mais)	1	Estabelecimento
Goiaba (nº de estabelecimentos agropecuários com 50 pés ou mais)	1	Estabelecimento
Laranja (nº de estabelecimentos agropecuários com 50 pés ou mais)	2	Estabelecimentos
Palmito (nº de estabelecimentos agropecuários com 50 pés ou mais)	1	Estabelecimento
Tangerina, bergamota, mexerica (nº de estabelecimentos agropecuários com 50 pés ou mais)	2	Estabelecimentos
Vinho ou suco (nº de estabelecimentos agropecuários com 50 pés ou mais)	1	Estabelecimento

Lavoura temporária

Abacaxi (nº de estabelecimentos agropecuários)	4	Estabelecimentos
Quantidade produzida	0	(x 1000) frutos
Área colhida	0	Hectares
Valor da produção	0,198	(x 1000) R\$
Abóbora, moranga, jerimum (nº de estabelecimentos agropecuários)	6	Estabelecimentos
Quantidade produzida	1	Toneladas
Área colhida	0	Hectares
Valor da produção	1,141	(x 1000) R\$
Alho (nº de estabelecimentos agropecuários)	5	Estabelecimentos
Quantidade produzida	0	Toneladas
Área colhida	0	Hectares
Valor da produção	0,392	(x 1000) R\$
Amendoim (nº de estabelecimentos agropecuários)	2	Estabelecimentos
Com casca		
Arroz (nº de estabelecimentos agropecuários)	3	Estabelecimentos
Com casca		
Quantidade produzida	0	Toneladas
Área colhida	0	Hectares
Valor da produção	1,009	(x 1000) R\$
Batata-inglesa (nº de estabelecimentos agropecuários)	1	Estabelecimento
Cana-de-açúcar (nº de estabelecimentos agropecuários)	18	Estabelecimentos
Quantidade produzida	86	Toneladas
Área colhida	12	Hectares
Valor da produção	60,213	(x 1000) R\$
Cana-de-açúcar forrageira (nº de estabelecimentos agropecuários)	3	Estabelecimentos
Quantidade produzida	51	Toneladas
Área colhida	4	Hectares
Valor da produção	2,321	(x 1000) R\$
Cebola (nº de estabelecimentos agropecuários)	6	Estabelecimentos
Quantidade produzida	1	Toneladas
Área colhida	0	Hectares

Valor da produção	4,723	(x 1000) R\$
Centeio (nº de estabelecimentos agropecuários) Grão	1	Estabelecimentos
Cevada (nº de estabelecimentos agropecuários) Com casca	1	Estabelecimentos
Ervilha (nº de estabelecimentos agropecuários) Grão	1	Estabelecimentos
Feijão (nº de estabelecimentos agropecuários) Preto	6	estabelecimentos
Quantidade produzida	0	toneladas
Área colhida	0	hectares
Valor da produção	0,776	(x 1000) R\$
Mandioca (aipim, macaxeira) (nº de estabelecimentos agropecuários)	18	estabelecimentos
Quantidade produzida	8	toneladas
Área colhida	1	hectares
Valor da produção	13,49 2	(x 1000) R\$
Melancia (nº de estabelecimentos agropecuários)	3	estabelecimentos
Quantidade produzida	0	toneladas
Área colhida	0	hectares
Valor da produção	0,924	(x 1000) R\$
Milho grão (nº de estabelecimentos agropecuários)	14	estabelecimentos
Quantidade produzida	22	toneladas
Área colhida	7	hectares
Valor da produção	17,45 0	(x 1000) R\$
Milho forrageiro (nº de estabelecimentos agropecuários)	6	estabelecimentos
Quantidade produzida	45	toneladas
Área colhida	4	hectares
Valor da produção	3,552	(x 1000) R\$
Soja grão (nº de estabelecimentos agropecuários)	1	estabelecimento

Tomate rasteiro - industrial (nº de estabelecimentos agropecuários)	2	estabelecimentos
---	---	------------------

Trigo grão (nº de estabelecimentos agropecuários)	1	estabelecimento
---	---	-----------------

Pecuária

Bovinos - rebanho (nº de estabelecimentos agropecuários)	91	estabelecimentos
--	----	------------------

Efetivo do rebanho	1.509	cabeças
--------------------	-------	---------

Leite de vaca - Quantidade produzida no ano	133	(x 1000) litros
---	-----	-----------------

Valor da produção	136,0 03	(x 1000) R\$
-------------------	-------------	--------------

Caprinos (nº de estabelecimentos agropecuários)	13	estabelecimentos
---	----	------------------

Efetivo do rebanho	127	cabeças
--------------------	-----	---------

Equinos (nº de estabelecimentos agropecuários)	29	estabelecimentos
--	----	------------------

Efetivo do rebanho	194	cabeças
--------------------	-----	---------

Galináceos - galinhas, galos, frangas, frangos e pintos (nº de estabelecimentos agropecuários)	65	estabelecimentos
--	----	------------------

Efetivo do rebanho	3	(x 1000) cabeças
--------------------	---	------------------

Ovos de galinha - Quantidade produzida no ano	43	(x 1000) dúzias
---	----	-----------------

Valor da produção	223,1 99	(x 1000) R\$
-------------------	-------------	--------------

Muare (nº de estabelecimentos agropecuários)	1	estabelecimentos
--	---	------------------

Ovinos (nº de estabelecimentos agropecuários)	15	estabelecimentos
---	----	------------------

Efetivo do rebanho	221	cabeças
--------------------	-----	---------

Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões (nº de estabelecimentos agropecuários)	20	estabelecimentos
--	----	------------------

Efetivo do rebanho	518	cabeças
--------------------	-----	---------

Perus (nº de estabelecimentos agropecuários)	10	estabelecimentos
--	----	------------------

Efetivo do rebanho	47	cabeças
--------------------	----	---------

Suínos (nº de estabelecimentos agropecuários)	7	estabelecimentos
---	---	------------------

Efetivo do rebanho	71	cabeças
--------------------	----	---------

Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	595	pessoas
---	-----	---------

Com laço de parentesco com o produtor	314	pessoas
---------------------------------------	-----	---------

Sexo

Masculino	246	pessoas
Feminino	68	pessoas
Sem laço de parentesco com o produtor	281	pessoas
Permanentes	235	pessoas
Temporários	46	pessoas

Tratores, implementos e máquinas

Tratores	40	unidades
----------	----	----------

Fonte: IBGE, 2017

Zona Livre de Agrotóxicos

A Lei 10.628, de 08 de outubro de 2019, institui e define como zona livre de agrotóxicos a produção agrícola, pecuária, extrativista e as práticas de manejo dos recursos naturais no município de Florianópolis.

Esta Lei tem como objetivo: fomentar o desenvolvimento dos setores econômicos voltados para a produção, a comercialização e o uso de produtos fitossanitários, insumos de origens biológicas e naturais, reduzindo a dependência de insumos externos, apropriados para a produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada; e implementar iniciativas no campo da educação formal e não formal para sensibilizar, capacitar, qualificar e divulgar quanto ao risco e impactos dos agrotóxicos na agricultura, na pecuária, na produção extrativista e nas práticas de manejo dos recursos naturais, promover a qualificação de extensionistas rurais, profissionais de saúde e do meio ambiente, agricultores, consumidores, estudantes e entidades da sociedade civil.

A lei atinge uma área de 424 quilômetros quadrados e cobre 97,3% do território de Florianópolis.

PRODUTOR PRIMÁRIO

Produtor Primário é toda pessoa física que se dedica à produção agrícola, animal ou extrativo-vegetal, captura de animais marinhos, atividades de pesca, apicultura, aquicultura, avicultura, cunicultura, ranicultura, sericultura e congêneres, exceto a de extração de substâncias minerais.

Após o cadastramento, o produtor é habilitado para emissão da Nota Fiscal, e recebe, através do e-mail cadastrado, um endereço para acesso onde aparecerá o seu USUÁRIO e ele criará a sua SENHA de acesso, para que possa emitir sua NFP-e (Nota Fiscal de Produtor Eletrônica).

Na maior parte das operações efetuadas pelos Produtores Primário o imposto não é pago, ou, é pago pela pessoa física ou jurídica do produto. Com o registro, o produtor tem a sua própria Nota Fiscal eletrônica, legalizando a venda dos seus produtos, tendo sua atividade comprovada para fins de acesso a políticas públicas, bem como para comprovar tempo de serviço para a aposentadoria, devendo se registrar nos órgãos competentes.

PESCA

A atividade da pesca no município de Florianópolis, além de ter uma grande importância cultural, é a fonte de renda de famílias tradicionais. Atualmente, algumas famílias são dependentes exclusivamente da atividade e outras, tem como atividade complementar importante. Entre os profissionais observados que realizam a pesca como complemento se destacam vigilantes, zeladores, pedreiros, serventes, aposentados.

A pesca artesanal juntamente com a maricultura é considerada patrimônio imaterial do Município (Lei Complementar nº 482/2014) e atividade de interesse social e econômica (Lei Ordinária Municipal nº 10.394/2018).

Ainda visando incentivar à produção, o Serviço de Inspeção Municipal regulamentou a Lei Municipal nº 10.728 de 2022, através do Decreto nº 24.444 de 22 de novembro de 2022, que autoriza os restaurantes e estabelecimentos congêneres a obter pescados frescos diretamente dos pescadores artesanais e aquicultores.

O Decreto nº 24.444/2022 que regulamenta a lei é um avanço no que se refere à comercialização de produtos de origem animal por restaurantes dentro do município de Florianópolis, que tem como premissa a garantia em ofertar produtos com qualidade e seguros para a população.

As produções dos anos de 2021, 2022 e 2023 foram compiladas do Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado de Santa Catarina (PMAP-SC).

Quadro 5. *Captura de pescados anos 2021, 2022 e 2023 no município de Florianópolis.*

Ano	Período de Referência	Quantidade em Kg
2021	Abril a Dezembro	6.099.435,00
2022	Janeiro a Dezembro	8.848.140,00
2023	Janeiro a Junho	3.532.382,00

Fonte: SubSecretaria da Pesca, Maricultura e Agricultura de Florianópolis, 2023

Estimando que o preço médio de comercialização dos peixes é de R\$ 4,00 para os pescadores, e a população citada no Projeto, obtivemos as seguintes médias de renda mensais por pescador:

Quadro 6. *Renda mensal dos pescadores nos anos de 2021, 2022 e 2023 no município de Florianópolis.*

Ano	Período de Referência	Quantidade em Kg	Valor estimado	Valor mensal por pescador
2021	Abril a Dezembro	6.099.435,00	R\$ 24.397.740,00	R\$ 2.624,25
2022	Janeiro a Dezembro	8.848.140,00	R\$ 35.392.560,00	R\$ 2.855,15
2023	Janeiro a Junho	3.532.382,00	R\$ 14.129.528,00	R\$ 2.279,70

Fonte: SubSecretaria da Pesca, Maricultura e Agricultura de Florianópolis, 2023

Reiteramos que os dados tabelados acima, mostraram a renda média do pescador. São estimativas levantadas pela Subsecretária de Pesca, Maricultura e Agricultura da Prefeitura de Florianópolis, sem embasamento documental, apenas levando em conta o observado diariamente com os pescadores locais.

Safra da Tainha

A pesca da tainha ocorre em todo o litoral catarinense, com destaque para Florianópolis, entre os meses de maio e julho. Os cardumes migratórios saem da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, em direção ao norte do país fugindo das frentes frias, buscando assim, águas mais quentes para desovarem. É uma atividade tradicional e peculiar, que atravessa gerações.

Em Florianópolis, a pesca da tainha é praticada, na maioria das vezes, por pescadores artesanais, que segundo a Lei 11.165 de junho de 2002, caracteriza-se por ser realizada diretamente por pescador profissional de forma autônoma, em regime de economia familiar ou em regime de parceria com outros pescadores, com finalidade comercial, desembarcado ou podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

Atualmente, a pesca artesanal da tainha, ainda que com considerável diminuição, é praticada no litoral catarinense com destaque para diversas praias da capital, onde está inserida na identidade cultural daquelas comunidades.

Além de movimentar a economia durante a época de safra, a tainha também é a estrela da gastronomia local, onde durante os meses de maio até julho é um dos ingredientes principais de bares e restaurantes. A pesca da tainha mantém, acima de tudo, a cultura açoriana acesa.

MARICULTURA

Moluscos Bivalves

A cidade de Florianópolis é conhecida há anos como a capital nacional das ostras. As

pesquisas sobre a maricultura iniciaram, em meados de 1980 no município de Florianópolis, a partir do declínio da atividade pesqueira, através de pesquisas realizadas pela UFSC em parceria com a ACARPESC (Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina – extinta).

Uma das ações desenvolvidas pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI), em parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, consiste no levantamento dos dados da produção de moluscos bivalves em nosso município, trazendo o perfil dos produtores e a forma na qual estão organizados, além de informações qualitativas e quantitativas sobre a produção local.

Em 2016 a produção de moluscos bivalves (mexilhões, ostras e vieiras) em Florianópolis, assim como em todo o estado de Santa Catarina, apresentou redução na produção de ostras e um aumento na produção, tanto de vieiras como de mexilhões, em comparação ao ano de 2015.

A produção de ostras em 2016 atingiu a quantia de 1.707.594 (um milhão, setecentos e sete mil e quinhentos e noventa e quatro) dúzias, apresentando uma redução de 480.206 (quatrocentos e oitenta mil e duzentos e seis) dúzias em relação a 2015. A atividade gerou 148 empregos diretos, sendo a localidade do Ribeirão da Ilha considerada como a maior produtora deste molusco do estado e por consequência do país.

Em relação à produção de mexilhões, houve um acréscimo de 1 (uma) tonelada em relação ao ano anterior, atingindo uma produção de 827 (oitocentos e vinte e sete) toneladas em 2016, com envolvimento direto de 130 pessoas na atividade.

No que se refere à produção de vieiras, embora ainda em escala reduzida, Florianópolis detém o título de maior produtor do estado de Santa Catarina, produzindo um total de 64.560 (sessenta e quatro mil e quinhentos e sessenta) unidades, oriundas somente da baía Sul da Ilha e por apenas 3 produtores.

As principais áreas produtoras de maricultura no Município de Florianópolis são o Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa, mas também são bairros produtores o

Sambaqui, Cacupé, Tapera e Praia do Forte. A maricultura está concentrada no cultivo de moluscos como mexilhões (*Perna perna*), ostras (*Crassostrea giga* e *Crassostrea gazar*) e vieiras (*Pecten maximus*). Atualmente também se iniciou o cultivo de macroalgas (*Kappaphycus alvarezii*).

Quadro 7. Relação de produção da Maricultura nos anos de 2019, 2020 e 2021.

Ano	Mexilhões (t)	Ostra pacifico (t)	Ostra Manezinha (t)	Vieiras (t)	Total (t)
2019	907,23	1657,11	58,77	4,70	2627,82
2020	793,98	1432,52	27,06	8,06	2261,63
2021	928,36	1340,63	10,10	40,80	2319,89

Fonte: Observatório Agro Catarinense (<https://www.observatorioagro.sc.gov.br/areas-tematicas/producao-agropecuaria/paineis/>)

Quadro 8. Número de maricultores de Florianópolis, divididos pelas espécies cultivadas em 2021.

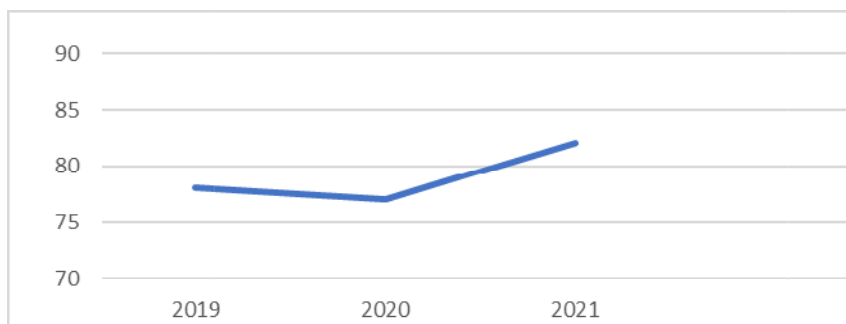
Ano	Mexilhões (t)	Ostra pacifico (t)	Vieiras (t)
2021	62	57	4

Fonte: SubSecretaria da Pesca, Maricultura e Agricultura de Florianópolis, 2023

No quadro acima, se tem o número de maricultores por espécie cultivada, sendo observado que normalmente se cultiva mais de uma espécie.

No gráfico abaixo, pode-se visualizar o número de maricultores nos anos de 2019, 2020 e 2021.

Gráfico 12. Número de maricultores entre nos anos 2019, 2020 e 2021.



Fonte: Secretaria Municipal da Pesca, Maricultura e Agricultura de Florianópolis, 2023.

Conforme já citado anteriormente, a pesca artesanal juntamente com a maricultura é considerada patrimônio imaterial do Município (Lei Complementar nº 482/2014) e atividade de interesse social e econômica (Lei Ordinária Municipal nº 10394/2018). Considerando a importância econômica e cultural das atividades de pesca e maricultura, e também considerando que os pescados são alimentos ricos em nutrientes, a Prefeitura de Florianópolis desenvolve projetos que visam à regularização da atividade, incentivos à produção e conseqüentemente melhora na qualidade dos produtos ofertados aos consumidores. São exemplos dos projetos:

- Regularização de Ranchos de pesca e/ou maricultura: as edificações são regularizadas pelo Decreto Municipal nº 20.180/2019, no qual se prevê a destinação destes apenas para atividade e também fornecer condições dignas de trabalho.
- Auxílio aos Pescadores: Assessoria aos pescadores do município nos trâmites relacionados com a emissão de documentos do Ministério da Pesca e Aquicultura e outros órgãos relacionados a atividades.
- Cadastramento de Produtor Primário para a emissão da nota de produtor primário, através do credenciamento da Superintendência Municipal de Pesca, Maricultura e Agricultura como Unidade Conveniada à Secretaria Estadual da Fazenda, visando assim a regularização e formalização do comércio dos produtos.

Assim, podemos concluir que a atividade da maricultura em Florianópolis se destaca no cenário nacional, configurando como um dos maiores produtores de mexilhões e o maior produtor de ostras e vieiras do Brasil.

MACROALGAS

A produção de algas em Florianópolis tornou-se uma atividade promissora devido à disponibilidade de água do mar e condições ambientais favoráveis. Hoje temos 04 produtores de algas, contudo a produção de macroalgas, tem ganhado destaque devido ao seu potencial para a produção de produtos farmacêuticos, cosméticos e biofertilizantes que são produtos de alto valor agregado.

Os extratos líquidos de algas que agem como bioestimulantes vem sendo largamente utilizados pela agricultura mundial e mais recentemente pelo Brasil. As propriedades estimulantes são atribuídas aos fitohormônios presentes nas algas, além de outros nutrientes e microelementos importantes para o crescimento, para produtividade, para suportar condições ambientais adversas. A obtenção do extrato líquido das algas é um processo simples, podendo ser realizado por prensagem, trituração, moagem, etc.

Para cada quilo de alga fresca pode-se obter 750 ml de extrato de alga. No mercado internacional, estes extratos de alga podem alcançar de USD 5,00 a 15,00 o litro. No mercado nacional, mais especificamente, Rio de Janeiro, o produtor recebe de R\$ 3,00 a R\$ 5,00 / kg de alga fresca. O biofertilizante a base da macroalga *Kappaphycus alvarezii* está sendo comercializado no Brasil por valores que oscilam de R\$ 15,00 a R\$ 35,00 / litro (EPAGRI).

Aqui estão alguns pontos importantes a serem considerados na produção de algas em Florianópolis:

A instrução normativa do IBAMA nº 1 de 21 de janeiro de 2020, ampliou a área de cultivo para Santa Catarina, entre os municípios de Itapoá e Jaguaruna. O Artigo 5º, da IN 1/2020, ressalta que *“a comercialização de mudas somente será permitida mediante emissão de certificado de comprovação da espécie por instituição de pesquisa oficial”*. O artigo 6º que trata da obrigatoriedade do monitoramento ambiental, diz que *“cada maricultor deverá apresentar um relatório anual de monitoramento ao órgão ambiental licenciador, trazendo assim mais segurança à vida marinha do entorno”*.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal consiste na inspeção e fiscalização industrial e sanitária de todos os produtos de origem animal produzidos em Florianópolis. Tem por finalidades garantir a qualidade e inocuidade dos alimentos ofertados à sociedade, inserindo os produtos de origem animal de forma segura no mercado formal, bem como promover o desenvolvimento das atividades da produção primária, o que resultaria num avanço social e econômico para o município, garantindo principalmente aos pescadores artesanais e maricultores a permanência na atividade de forma rentável e sustentável.

A implementação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM-Fpolis), que ocorreu em junho de 2017, é uma conquista importante para o município de Florianópolis, muito esperada pelos produtores locais que almejam promover seus produtos dando a eles melhor qualidade e agregando valor de mercado. O Serviço torna possível a inserção dos produtos de origem animal no mercado formal, pois combate a clandestinidade, respeitando assim o consumidor que passa a ter acesso a alimentos seguros.

A exigência quanto à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal não é recente, vem do ano de 1950, onde foi criada a Lei nº 1.283 que estabelece essa obrigatoriedade, regulamentada dois anos depois e revisada em 2017. A aplicação dessa legislação impulsionou o mercado de produtos de origem animal, especialmente em Santa Catarina, tornando o Estado grande exportador de carne suína e de frango, gerando emprego, renda e abrindo as fronteiras de exportação.

O município aderiu oficialmente no dia 16/09/2019, pela Portaria nº 179, de 16 de setembro de 2019, ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgão responsável pela inspeção e fiscalização de produtos de origem animal em âmbito federal.

O SISBI tem a finalidade de padronizar a inspeção de produtos de origem animal em

todo o país. Além de reduzir a comercialização de produtos de origem animal clandestinos entre estados, propicia o aumento do comércio formal de produtos, com crescimento das pequenas agroindústrias. Também fomenta o desenvolvimento socioeconômico das regiões inseridas no sistema e garante a segurança do alimento consumido.

Outra grande vantagem para os produtores da capital é que os produtos locais dos estabelecimentos indicados ao SISBI pelo Serviço de Inspeção Municipal poderão ser inseridos no cenário nacional. O SISBI eleva o patamar do SIM-Fpolis ao nível de excelência em inspeção e fiscalização, pela equivalência ao serviço de inspeção federal. Essa é uma grande conquista para o município de Florianópolis, considerando que a adesão ao SISBI aconteceu apenas 2 anos após a implantação do Serviço de Inspeção Municipal.

Além de promover melhor qualidade e segurança alimentar, o SIM-Fpolis contribui para o desenvolvimento econômico e social, para a valorização do produto, da cultura e dos costumes locais.

A equipe do SIM-Fpolis realiza as seguintes atividades:

- Vistorias em estabelecimentos processadores de carnes, pescado, leite, ovos, mel e seus respectivos derivados para obtenção de registro no SIM-Fpolis;
- Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal de forma rotineira nos estabelecimentos já registrados, ou já certificados;
- Atendimento in loco a denúncias com verificação e combate ao processamento clandestino de produtos de origem animal;
- Coleta de produtos de origem animal e água para análise laboratorial;
- Análise documental para processo de registro, processo de fabricação, composição e rotulagem de produtos;
- Análise de memoriais técnicos para a obtenção do Selo Arte; certificação de empresas para adesão ao comércio nacional de produtos de origem animal (SISBI-POA);
- Validação de processo de depuração de moluscos bivalves; atendimento presencial ao cidadãos;

- Participação em reuniões internas, externas e de modo virtual; representação em câmaras técnicas, comissões, comitês e conselhos;
- Ações conjuntas com Procon, Vigilância Sanitária, CIDASC e Ministério Público;
- Elaboração de correspondências oficiais;
- Elaboração de relatórios, pareceres técnicos, atos normativos; lavraturas de autos de Infração, Intimação, aplicação de multa e Termos de Medida Cautelares.

Ainda visando incentivar a produção, o Serviço de Inspeção Municipal regulamentou a Lei Municipal nº 10.728 de 2022, através do Decreto nº 24.444/2022, que autoriza os restaurantes e estabelecimentos congêneres a obter pescados frescos diretamente dos pescadores artesanais e aquicultores.

CAPÍTULO 2- DESAFIOS E IMPLEMENTAÇÃO

Os principais desafios enfrentados para a execução e efetivação das ações que contemplam a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Florianópolis encontram-se na dificuldade em estabelecer o planejamento das ações de forma integrada nos diferentes setores da política pública para garantia do Direito Humano a uma Alimentação Adequada e também na escassez de recursos orçamentários para a agenda de Segurança Alimentar e Nutricional.

Durante o estudo que foi realizado, com levantamentos de dados, para a realização do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN, encontramos dificuldades para comparação dos dados, entre eles e na série temporal. Falta de dados completos e mais atualizados é demonstrada no capítulo anterior, quando não conseguimos dados atualizados para inferir comparações.

Muitas questões foram levantadas pela equipe da CAISAN e também pelo GT do COMSEAS responsável pelo PLAMSAN a nível da sociedade civil. Algumas questões não puderam ser respondidas, pois não temos dados com temporalidade contínua para analisar e nem ao mesmo a coleta de dados foi realizada da mesma maneira. Há necessidade de aprimorar os métodos utilizados para as pesquisas futuras.

CAPÍTULO 3- DIRETRIZES: OBJETIVOS E METAS

A elaboração deste capítulo foi baseado no Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010, que traz em seu texto a base de diretrizes para elaboração do PLANSAN, nas recomendações da IV Conferência Nacional e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, nas proposições da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Florianópolis (IV COMSANS) e no Diagnóstico das ações de SAN realizadas no município.

Todos os objetivos, ações e metas propostos para a construção deste I PLAMSAN foram discutidos coletivamente e intersetorialmente em oficinas e reuniões com a participação dos membros da CAISAN Municipal, do COMSEAS Municipal, além de membros da sociedade civil que não compõem o COMSEAS Municipal, mas que de algum modo trabalham em prol da melhoria da segurança alimentar e nutricional na região.

As fontes de recursos destinadas para a execução deste I PLAMSAN não estão descritas nas ações previstas neste momento, tendo em vista que o município ainda não conta com recursos financeiros específicos para a agenda de SAN, e que depende dos repasses orçamentários federais.

As ações listadas abaixo iniciarão imediatamente e terão prazo máximo para implementação descritos conforme segue.

DIRETRIZ I – Promoção de acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional .		
<i>Objetivo I – Planejar, implementar, articular, fortalecer políticas e programas, ações e projetos que visem a melhoria da segurança alimentar e nutricional da população, viabilizando o acesso à alimentação adequada e saudável.</i>		
Meta 1: Fortalecer as Políticas Públicas já em execução no município.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D101M1A1 - Realizar diagnóstico das empresas beneficiárias do Programa de Alimentação dos Trabalhadores (PAT) e os valores repassados	Realizar ações de incentivo para novas adesões, conforme Decreto 10.854/2021 e Portaria MTP/GM nº 672/2021	Número de empresas cadastradas
D101M1A2 - Mobilizar os gestores das três esferas dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e instituições privadas com ou sem fins lucrativos da região	Levantamento de recursos destinados à segurança alimentar e nutricional da população.	Recursos arrecadados para viabilizar projetos
D101M1A3 - Rever os critérios visando a ampliação do auxílio alimentação municipal (cartão), para população em situação de insegurança alimentar	Identificar os critérios existentes	Número de atendidos Resultado da revisão dos critérios
Meta 2: Adquirir fontes de recursos oriundas do Governo Federal e Sociedade Civil Organizada.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D101M2A4 - Mapear fontes de recurso de SAN	Pesquisar quais fontes de recursos existentes no município que contemplam a agenda de SAN durante a vigência do plano	Banco de dados existente com as despesas fixas do orçamento do município voltadas à política de SAN
D101M2A5 - Criar rubrica específica para ações de SAN nas Secretarias responsáveis por desenvolver ações de SAN	Diagnosticar as políticas existentes atreladas às rubricas <hr/> Garantir o correto desenvolvimento de ações de SAN no município	Valor destinado às rubricas
D101M2A6 - Criar o Fundo Municipal de SAN	Atualizar a Lei Municipal que trata do tema <hr/> Regulamentar o Fundo de SAN	Fundo Municipal de SAN criado
<i>Objetivo II - Garantir o DHAA às populações mais vulneráveis, especialmente PCTs e população em situação de rua</i>		

Meta 1: Implementar e Fomentar ações de descentralização dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional a fim de promover a oferta de alimentos nutricionalmente adequados e saudáveis para a população.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D102M1A7 - Criar novo Restaurante Popular	Mapear espaços adequados para implementação do restaurante popular, priorizando áreas de vulnerabilidade social	Restaurante Popular criado
D102M1A8 - Disponibilizar produtos e alimentos, preferencialmente, de produtores locais e pescados em comunidades carentes por meio de “feira itinerante PMF”	Verificar a disponibilidade do Caminhão do Peixe e outros que poderiam tratar dessa política.	Regiões atendidas e quantidade de produtos (kg) disponibilizados na ação x a quantidade adquirida (kg)
D102M1A9 - Adquirir veículo para levar nas comunidades que não forem contempladas com hortas comunitárias e feiras livres, alimentos/produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar e pescados com preços acessíveis	Garantir em LOA a aquisição do veículo ou articular com o MAPA para aquisição de veículo para agricultura/feira itinerante	Regiões atendidas e quantidade de produtos (kg) disponibilizados na ação x a quantidade adquirida (kg)
D102M1A10- Disponibilizar alimentos básicos com preços acessíveis a população	Assegurar a comercialização de alimentos básicos com valor acessível e diferenciado, para quem possui o Auxílio Alimentação (cartão) e/ou o critério de famílias cadastradas no CRAS/ CadÚnico, em estabelecimentos que já o comercializam Instituir que as famílias que recebem esse auxílio eventual possam utilizá-los para adquirir gêneros alimentícios nutricionalmente balanceados com valores acessíveis.	Número de estabelecimentos que oferecem alimentos com valor diferenciado
D102M1A11 - Viabilizar a aquisição de pescados ofertados pelo Caminhão do Peixe com valor diferenciado para quem possui o Auxílio Alimentação (cartão) e/ou o critério de famílias cadastradas no CRAS/ CadÚnico	Instituir que as famílias que recebem esse auxílio eventual possam utilizá-los para adquirir gêneros alimentícios nutricionalmente balanceados com valores acessíveis.	Quantidade (kg) de pescado oferecido e percentual de desconto

D102M1A12 - Revisão e ampliação do Projeto “Caminhão do Peixe”	Ofertar, às comunidades e regiões diagnosticadas com alto nível de insegurança alimentar, pescado com valor acessível, cadastrando essas pessoas para que tenham acesso à política	Quantidade (kg) de pescado oferecido e percentual de desconto
D102M1A13 - Criação de cozinhas comunitárias	Mapear espaços adequados para implementação das cozinhas, priorizando áreas de vulnerabilidade social Equipar esses espaços previamente cadastrados Regulamentar essa ação	Número de cozinhas implementadas
D102M1A14 - Fomentar as cozinhas solidárias	Mapear as cozinhas solidárias do município Articular com órgãos públicos e privados o abastecimento de alimentos para as cozinhas solidárias	Nº de cozinhas solidárias Repasse de alimentos para as cozinhas solidárias
D102M1A15- <u>Criar Programa</u> de troca de resíduos orgânico e reciclável por moeda social para aquisição de alimentos, em locais específicos	Otimizar a coleta seletiva Disponibilizar alimentos em comunidades carentes Fomentar a reciclagem	Quantidade (kg) de alimentos entregues x quantidade (kg) de resíduo
Meta 2: Incentivar a implementação e manutenção de hortas comunitárias.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D102M2A16 - Implementar hortas comunitárias em espaços públicos não utilizados	Mapear locais públicos subutilizados que seriam adequados para implementação de hortas comunitárias	Número de hortas criadas
D102M2A17- Identificar os responsáveis pela implementação e manutenção das hortas urbanas	Implementar oficinas de manutenção de hortas urbanas	Número de equipes criadas
D102M2A18 - Capacitar, de forma permanente, os agentes responsáveis pelas hortas públicas comunitárias	Colocar em agenda da secretaria o planejamento de formação permanente	Nº de agentes formados
D102M2A19 - Ampliar o número de hortas em espaços públicos institucionais	Identificar as hortas institucionais já existentes e ampliar a ação	% de espaços que possuem hortas institucionais

DIRETRIZ II – Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.		
<i>Objetivo I – Fortalecer a agroecologia, agricultura familiar, pescadores artesanais, quilombolas, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais e sustentabilidade.</i>		
Meta 1: Fortalecer as iniciativas de compras institucionais de produtos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e outros programas similares.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D2O1M1A20 - Criar projeto para melhor execução do PAA	Acompanhar editais lançados ----- Fazer levantamento dos produtores rurais, cooperativas, pescadores/maricultores ----- Elencar possíveis entidades receptoras dos gêneros alimentícios	Banco de dados de produtores rurais/pescadores/maricultores criado ----- Banco de dados de entidades receptoras criado
Meta 2: Fomentar a comercialização de produtos orgânicos/agroecológicos.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D2O1M2A21 - Elaborar plano de ação de monitoramento, com foco em agrotóxicos, nos produtores orgânicos da região.	Monitorar os produtos orgânicos oferecidos à população por meio de aquisição direta do executivo municipal ou em feiras livres para que estejam protegidos de agrotóxicos	Plano de ação elaborado
Meta 3: Incentivar a agroecologia, a pesca artesanal, a agricultura familiar e demais sistemas tradicionais de produção.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D2O1M3A22 - Criar incentivos para agricultores familiares, pescadores e de agentes da agroecologia sustentável	Fomentar a agricultura familiar, pescadores e agentes da agroecologia	Taxa de produção de alimentos
D2O1M3A23 - Disponibilizar estrutura adequada para o entreposto do pescado	Padronizar os entrepostos	Quantidade de entrepostos
D2O1M3A24 - Institucionalizar as feiras livres, com foco na agricultura familiar, produtos orgânicos, produtores locais e pescados.	Demarcar locais e cadastrar os feirantes	Quantidade de feiras e feirantes
Meta 4: Adquirir alimentos, pelo menos 30% de todo montante da prefeitura, da agricultura familiar, produtores locais, pesca artesanal e da agroecologia.		

Ação	Sub-ação	Indicador
D2O1M4A25 - Manter e incentivar a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, pesca e de povos tradicionais nas compras licitadas da PMF	Assegurar, no cardápio da alimentação escolar, alimentos da agricultura familiar, da agroecologia e da pesca.	Percentual de aquisição
Meta 5: Promover a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, agricultura sustentável, pesca, extrativismo, povos quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D2O1M5A26 - Disponibilizar aos equipamentos públicos de SAN a compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, da pesca e povos e comunidades tradicionais	Distribuir nas cozinhas comunitárias e restaurante popular alimentos orgânicos adquiridos da agricultura familiar e pescados	Quantidade de alimentos orgânicos e pescados ofertados pelos epiSans
Meta 6: Garantir que ao menos 30% dos alimentos ofertados na rede de ensino municipal seja de produtos orgânicos/agroecológicos, conforme estabelecido no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).		
Ação	Sub-ação	Indicador
D2O1M6A27 - Incentivar, gradativamente, que a alimentação escolar adquira mais itens orgânicos e da agricultura familiar	Verificar a disponibilidade (kg) e frequência / safra dos produtores locais de orgânicos	Percentual de alimentos orgânicos disponibilizados na alimentação escolar
<i>Objetivo II – Estruturar o abastecimento com sistemas sustentáveis e descentralizados e a distribuição de alimentos.</i>		
Meta 1: Incentivar as feiras livres, com a venda direta dos produtores		
Ação	Sub-ação	Indicador
D2O2M1A28 - Mapear as feiras livres	Criar programa de identificação e credenciamento dentro da prefeitura para mapeamento e identificação das feiras livres existentes no município	Número de adesões de feirantes cadastrados no programa
D2O2M1A29 - Organizar as feiras livres	Fomentar política de regulamentação das feiras livres do município no âmbito da SAN	Política de regulamentação de feiras livres consolidada
Meta 2: Criar espaços para acondicionamento de alimentos oriundos da agricultura familiar e pesca.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D2O2M2A30 - Criar o “Armazém” de orgânicos e/ou pescados e/ou agroecológicos”	Disponibilizar o equipamento para a população adquirir os alimentos	Implementação do espaço
D2O2M2A31 - Criar o Banco de Alimentos	Levantamento de doadores de alimentos e fundos	Criação do Banco de Alimentos

DIRETRIZ III – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de Segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à alimentação adequada.		
<i>Objetivo I – Promover a formação de servidores municipais em Segurança Alimentar e Nutricional</i>		
Meta 1: Garantir número adequado de servidores capacitados da prefeitura para as áreas relacionadas à segurança alimentar e nutricional.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D3O1M1A32 - Mapeamento dos Servidores Capacitados	Fazer levantamento dos servidores que possuem capacitação em SAN	Número de servidores
D3O1M1A33 - Criar um programa permanente de capacitação em Segurança alimentar e nutricional	Formar população geral e agentes públicos	Número de pessoas capacitadas
	Viabilizar a capacitação.	
D3O1M1A34 - Realizar formação para os gestores da prefeitura sobre a temática de Segurança Alimentar e sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada	Fazer levantamento de possíveis agentes formadores	Número de gestores formados
Meta 2: Fomentar a parceria entre o Poder Público e instituições de ensino superior.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D3O1M2A35 - Criar parcerias com instituições de ensino que tenham cursos voltados ao tema SAN	Viabilizar bolsas de estágio para alunos dessas instituições que queiram participar de projetos existentes da PMF ou que queiram realizar novos projetos	Número de bolsas
		Número de parcerias
		Números de alunos
<i>Objetivo II – Instituir ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional municipais.</i>		
Meta 1: Fortalecer a Educação Alimentar e Nutricional na rede de ensino de maneira transversal.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D3O2M1A36 - Incluir o tema de SAN nas ações de EAN	Criar oficinas, debates entre outras ferramentas para que os alunos abordem o tema	Número de ações realizadas
Meta 2: Disponibilizar cursos, oficinas e capacitações voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional para a população.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D3O2M2A37 - Criar grupo de estudos sobre o tema de SAN para participação da população em geral	Viabilizar recursos oriundos de fundos, emendas parlamentares, recurso próprio, iniciativa privada, entre outros, para estimular o ensino continuado em Segurança Alimentar e Nutricional à população	Número de oficinas
		Número de participantes

D3O2M2A38 - Fomentar cursos e oficinas nos equipamentos públicos de Segurança Alimentar (restaurante popular e cozinhas comunitárias)	Disponibilizar à população ensino sobre manuseio de alimentos e sua importância nutricional	Número de oficinas <hr/> Número de participantes
D3O2M2A39 - Produzir materiais de divulgação sobre o tema Segurança Alimentar e Nutricional e o manuseio correto dos alimentos	Distribuição dos materiais em eventos relacionados ao tema, postos de saúde e rede de ensino	Número de materiais confeccionados
D3O2M2A40 - Capacitar os colaboradores voluntários da Sociedade Civil que participem dos programas lançados pelo município para serem multiplicadores das ideias	Organizar oficinas, cursos, palestras de formação em locais institucionais, buscando parcerias/convênios para tal	Número de colaboradores voluntários da Sociedade civil adeptos às capacitações oferecidas
<i>Objetivo III – Promover ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar e fortalecer a gestão, execução e o controle social do Programa Municipal de Alimentação Escolar, com vistas à promoção de SAN.</i>		
Meta 1: Formar profissionais da rede de educação (cozinheiras, professoras, direção, etc.), para atuarem com os elementos: alimentação, nutrição e consumo saudável		
Ação	Sub-ação	Indicador
D3O3M1A41- Realizar formação com equipes diretivas e pedagógicas das unidades de ensino da RME	Articular com as diretorias de ensino infantil e fundamental <hr/> Construir uma agenda de formações relacionadas à temática de EAN e SAN	Número de formações realizadas e número de participantes
D3O3M1A42- Realizar formação com as cozinheiras escolares da RME	Articular a formação anual junto a empresa responsável pelas cozinheiras escolares <hr/> Viabilizar a participação das cozinheiras escolares em formações relacionadas à temática de EAN e SAN	Número de formações realizadas e número de participantes
Meta 2: Incluir nos projetos pedagógicos das escolas, ações de EAN e SAN		
Ação	Sub-ação	Indicador
D3O3M2A43- Fomentar a inclusão de ações de EAN e SAN nos projetos político-pedagógicos das unidades educativas da RME	Articular com as diretorias de ensino infantil e fundamental <hr/> Elaborar cronograma de formações com equipes pedagógicas	Número de unidades educativas com os temas EAN e SAN incluídos no PPP

Meta 3: Fortalecer o projeto de Hortas Escolares municipais		
Ação	Sub-ação	Indicador
D303M3A44 - Fortalecer o Programa Cultiva Floripa	Fomentar a intercomunicação entre a secretaria da educação e o programa Cultiva Floripa	Número de hortas acompanhadas pelo Cultiva Floripa em escolas do município.
D303M3A45- Criar equipes nas unidades educativas que sejam responsáveis pela manutenção das hortas escolares	Realizar formação com equipes sobre hortas pedagógicas <hr/> Implementar oficinas de manutenção de hortas	Número de formações realizadas, número de participantes e número de equipes criadas
<i>Objetivo IV – Investir em inovações tecnológicas voltadas à SAN, com inclusão prioritária dos pequenos produtores e da agricultura familiar</i>		
Meta 1: Incentivar as inovações tecnológicas voltadas à SAN.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D304M1A46 - Fomentar ideias tecnológicas relacionadas ao tema SAN	Viabilizar projetos/ ações de tecnologia que visem a melhoria para agricultura familiar, orgânica e de pescados	Número de projetos / ações aprovados
D304M1A47 - Criação de site e/ou aplicativo com informações relacionadas à SAN, como indicadores, localização de equipamentos públicos e monitoramento.	Criação de página no site da PMF <hr/> Fomentar parcerias com instituições de ensino e empreendedores (<i>startup</i>)	Atualização da página da PMF

DIRETRIZ IV – Promoção, universalização e coordenação de ações de Segurança Alimentar e Nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.		
<i>Objetivo I – Fortalecer a produção tradicional de alimentos, a cultura alimentar, tradições e vínculos ancestrais dos povos e comunidades tradicionais.</i>		
Meta 1: Mapear os povos e comunidades tradicionais existentes no município.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D4O1M1A48 - Identificar povos e comunidades tradicionais no município	Mapear dentro do município as localidades dessas comunidades	Mapeamento realizado
D4O1M1A49 - Cadastramento de agricultores familiares, povos remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais	Identificar as fragilidades e potencialidades de todos os aspectos da comunidade referentes à Segurança Alimentar e Nutricional	Número de ações realizadas
Meta 2: Disponibilizar acesso à alimentação adequada aos povos e comunidades tradicionais.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D4O1M2A50- Fortalecer as ações desenvolvidas por essas comunidades voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional	Identificar as fragilidades e potencialidades de todos os aspectos da comunidade referentes à Segurança Alimentar e Nutricional	Número de ações realizadas
Meta 3: Instituir programa de incentivo às formas tradicionais de produção de alimentos.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D4O1M3A51 - Incluir o incentivo de formas tradicionais de produção de alimentos no decreto Nº 17.688/2017 que institui o Programa Municipal de Agricultura Urbana	Identificar os locais e incentivar os povos tradicionais que têm interesse nessas formas de produção e incentivar	Banco de dados com identificação dos locais e povos e comunidades tradicionais <hr/> Relação entre incentivos instituídos no Programa Municipal de Agricultura Urbana e quantidade de ações realizadas no âmbito

DIRETRIZ V – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional.		
<i>Objetivo I – Fortalecer as ações de Vigilância Sanitária e fiscalização de alimentos.</i>		
Meta 1: Prevenir agravos e doenças decorrentes da falta de controle higiênico-sanitário dos alimentos.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D5O1M1A52 - Garantir as ações da Vigilância Sanitária para cumprimento da legislação vigente	Fortalecer as ações atuais ----- Garantir a fiscalização nos equipamentos de SAN do município	Número de fiscalizações realizadas
<i>Objetivo II – Fortalecer as ações de atenção à saúde voltadas à insegurança alimentar e nutricional.</i>		
Meta 1: Identificar fragilidades nas áreas da atenção básica em relação à garantia de SAN.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D5O2M1A53 - Criação de linha de cuidado para pacientes com sobrepeso e obesidade	Retomar grupo técnico direcionado aos cuidados às pessoas com sobrepeso e/ou obesidade	Criação do grupo
D5O2M1A54 - Garantir a continuidade da disponibilização de fórmulas nutricionais especializadas aos pacientes acompanhados pela Secretaria Municipal de Saúde	Fazer levantamento de usuários contemplados pelo programa ----- Acompanhar a demanda gerada pela Atenção Básica	Percentual de usuários contemplados pelo programa
D5O2M1A55 - Criar protocolos de assistência às pessoas com necessidades alimentares especiais para as faixas etárias adulto e idoso	Estudar as necessidades desse grupo	Protocolos criados
D5O2M1A56 - Retomar a Estratégia Amamenta Alimenta Brasil	Realizar levantamento de Tutores ativos da EAAB ----- Ofertar formação para novos tutores ----- Otimizar o acompanhamento de crianças menores de 02 anos, nos respectivos níveis de Atenção à Saúde.	Estratégia implementada
Meta 2: Fortalecer as Ações de Vigilância Alimentar e Nutricional.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D5O2M2A57 - Garantir as avaliações antropométricas e nutricionais nas unidades	Tornar a ação parte da agenda de planejamento dos Centros de Saúde -----	Número de usuários avaliados

escolares e postos de saúde	Manter a articulação Saúde e Educação no âmbito do Programa Saúde da Escola	
D5O2M2A58 - Capacitar de forma permanente os agentes comunitários de saúde para verificar nos atendimentos se há risco de insegurança alimentar e nutricional (aplicação da TRIA)	Tornar a ação parte da agenda de planejamento dos Centros de Saúde <hr/> Realizar formação em serviço com os ACSs	Número de registros do questionário da TRIA

DIRETRIZ VI – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente.		
<i>Objetivo I – Garantir acesso à água de qualidade à população do município.</i>		
Metas 1: Criar locais onde a população terá acesso a água potável para ingerir.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D6O1M1A59 - Criar bebedouros públicos	Fazer levantamento de locais para receber os bebedouros públicos	Número de bebedouros criados
Metas 2: Monitorar a qualidade da água que abastece o município.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D6O1M2A60 - Monitorar/fiscalizar as concessionárias quanto à qualidade da água.	Solicitar a(s) concessionária(s) periodicamente relatórios de qualidade da água.	Número de relatórios recebidos.
	Coletar e fazer análise de recursos hídricos em locais onde haja consumo por grupos familiares.	Número de coletas/análises realizadas.

DIRETRIZ VII – Apoio a Iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei 11.346/2006.

Essa diretriz é relacionada às relações internacionais de âmbito Federal, por esse motivo o município de Florianópolis não irá descrever as possíveis ações já que não compete ao ente executivo municipal.

DIRETRIZ VIII – Monitoramento da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.		
<i>Objetivo I – Identificar as famílias e pessoas que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional.</i>		
Meta 1: Unificar, em um único banco de dados, as informações relacionadas a Segurança Alimentar e Nutricional da população nos sistemas da Saúde, Assistência Social e Educação.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D8O1M1A61 - Criar um banco de dados que unifique todas as informações dos sistemas para diagnosticar a situação de SAN	Identificar os padrões associados com o risco de insegurança alimentar e vulnerabilidade social	Banco de dados criado
D8O1M1A62 - Levantamento da população que é atendida pelos programas de assistência social	Identificar as famílias e pessoas que têm necessidade de receber o auxílio do cartão alimentação além de auxílios vindos de outros programas	Número de atendidos identificado
<i>Objetivo II– Monitorar o acesso à alimentação adequada e saudável da população de Florianópolis.</i>		
Meta 1: Monitorar a execução do PLAMSAN.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D8O2M1A63 - Revisões sistemáticas do PLAMSAN	Criar matriz de monitoramento para a execução das ações previstas no PLAMSAN e elaborar plano de revisão sistematizado para análises e relatorias	Matriz de avaliação existente para realizar as revisões
D8O2M1A64 - Realizar pesquisa de satisfação sobre ações/equipamentos de SAN	Possibilitar melhorias nas ações	Número de pesquisas
Meta 2: Implementar sistema de monitoramento de SAN, com indicadores e interoperabilidade entre bancos de dados		
Ação	Sub-ação	Indicador
D8O2M2A65 - Levantamento e monitoramento de legislação vigente de SAN	Criar um grupo que realize o levantamento e monitoramento de legislações vigentes de SAN	Planilha para controle de monitoramento das legislações de SAN criado
D8O2M2A66 - Construir um canal de denúncia de violação dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada	Disponibilizar informações no site oficial da PMF	Canal de denúncia criado

DIRETRIZ IX – Fortalecimento e consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.		
<i>Objetivo I – Implantar e fortalecer o SISAN em Florianópolis</i>		
Meta 1: Fortalecer os componentes do SISAN: COMSEAS, CAISAN e Plano Municipal de SAN instituído e em implementação.		
Ação	Sub-ação	Indicador
D9O1M1A67 - Incentivo à participação nas plenárias	Realizar plenárias itinerantes <hr/> Garantir vale-transporte para conselheiros representantes de PCTs	Número de adesões às plenárias
D9O1M1A68 - Garantir estrutura necessária para o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, Nutricional e Sustentável - COMSEAS	Criar parceria entre a prefeitura e CAISAN para promover capacitações administrativas à secretaria executiva do COMSEAS quanto a utilização do fundo orçamentário existente e sua execução	Utilização regular do orçamento em lei orçamentária do município destinado ao funcionamento do COMSEAS

CAPÍTULO 4– MONITORAMENTO

A Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Florianópolis - CAISAN, instituída pela Lei nº 6.902, de 12 de junho de 2018, tem como uma de suas atribuições monitorar e avaliar os resultados e impactos do Plano Municipal de Segurança Alimentar, bem como assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do COMSEA pelos órgãos de governo, apresentando relatórios periódicos relacionados ao PLAMSAN.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de SAN em atendimento ao Decreto 7.272/2010, é constituído por normas e regras composta por instrumentos, metodologias e recursos capazes de aferir a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada, assim como, o grau de implementação e o alcance dos objetivos e metas propostas no PLAMSAN (BRASIL, 2010). Desta forma, o acompanhamento do I PLAMSAN- Florianópolis será realizado por um conjunto de indicadores, apresentados junto às ações e metas propostas, pela CAISAN de Florianópolis.

Os indicadores serão periodicamente revisitados para uma análise efetiva da modificação das condições de vida e saúde da população do município de Florianópolis, da promoção do acesso à alimentação adequada como direito de todos, entre outras dimensões rumo ao DHAA e a SAN através de um relatório periódico da avaliação estratégica de monitoramento, fazendo parte da prestação de contas orçamentárias. Estes dados apontados pelo relatório serão apresentados ao COMSEAS/Fpolis tendo em vista a participação social para a legitimação do monitoramento e a execução do plano.

REFERÊNCIAS

Agência da ONU para Refugiados – ACNUR.
<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/perguntas-e-respostas/#refugiado>.
Acesso em: 16 de out 2023

BRASIL (2006). Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

BRASIL (2009a) Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Lex: Diário Oficial da União, nº 113, 17 de julho 2009.

BRASIL (2009b). Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Lex: Diário Oficial da União, nº 113, 17 de junho 2009.

BRASIL (2010). Decreto nº 7272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

BRASIL (2011). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.76 p.: il. – (Série G. Estatística e Informação em Saúde)

BRASIL (2014). Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica.

BRASIL (2020a). Resolução n.6, 8 de maio de 2020. Diário Oficial da União. De maio de 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acao-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>.

BRASIL (2020b). Resolução n. 2, 9 de abril de 2020. Diário Oficial da União. De abril de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-9-de-abril-de-2020-252085843> Acesso em 07 de Maio de 2020.

CECAD 2023/2022: Acessado por:
<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=420540&aM=0> e
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibmMmI2ZmU0IiwidCI6ImZiYTViMTc4LTNhZjEtNDQyMC05NjZiLWJ>

mNTE2M2U2YjFkYSJ9&pageName=ReportSection2ed333ed902ec1304095. Acesso em 16 de out de 2023.

Instituto Chico Mendes de Conservação da biodiversidade – ICMBIO. https://www.icomfloripa.org.br/wp-ontent/uploads/2023/02/SV_Migracao_Internacional-Digital.pdf. Acessado em 16 de out 2023.

Prefeitura de Florianópolis - Portaria Municipal N° 183/2020- Dispõe sobre o Programa de Alimentação Escolar das Unidades Educativas da Rede Municipal de Ensino e o comércio, doação e utilização de alimentos nos espaços educativos. Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis, Edição N° 2726, de 06 jul 2020.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Dados da Agricultura Familiar. <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em 22 fev 2023.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SGPC). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar>. Acesso em 22 fev 2023.

FAO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. 2019 Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2008-2009. Antropometria e Estado Nutricional. Rio de Janeiro:2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa nacional de saúde do escolar: análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental: municípios das capitais: 2009/2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2022.189p.:Il

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Tabelas - Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022. Florianópolis, 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/SC_POP2022.pdf. Acesso em 22 de mar. 2023.

_____. Cidades@. Florianópolis, 2023a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/pesquisa/38/46996?indicador=47001>. Acesso em 22 de mar. 2023

_____. Cidades@. Florianópolis, 2023b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/pesquisa/37/30255?tipo=ranking&indicador=30255>. Acesso em 22 de mar. 2023.

_____. Cidades@. Florianópolis, 2023c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/pesquisa/36/30246?tipo=ranking&indicador=30252>. Acesso em 22 de mar. 2023.

Instituto Comunitário da Grande Florianópolis – ICOM. <https://www.icomfloripa.org.br/diagnosticos-sociais/>. Acessado em: 16 de out de 2023.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Ideb – Resultados e metas. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em 22 fev 2023.

MAZUR, C. E.; NAVARRO, F. Insegurança Alimentar e Obesidade em Adultos: Qual a Relação?. *Saúde (Santa Maria)*, [S.l.], v.41, n.2, p.35–44, 2015. DOI: 10.5902/2236583411290. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/view/11290>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria MS/GM no 080-P, de 16 de outubro de 1990. Constitui o Comitê Assessor do SISVAN para oferecer apoio técnico-operacional à implementação do SISVAN. Brasília – DF: 1990b.

Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM/MS no 710, de 10 de junho de 1999. Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Brasília – DF: 1999.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). 1ª edição. 1ª reimpressão. Brasília – DF: 2013a.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Insegurança alimentar na atenção primária à saúde: manual de identificação dos domicílios e organização da rede [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo_inseguranca_alimentar_aps.pdf. Acesso em 10 de abr 2023.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, 2023. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>. Acesso em 03 de abr 2023.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome - MDS. Famílias Inscritas no Cadastro Único. Brasília, 2023a.

_____. Relatório de Informações - RI v.4. - Benefícios de Prestação Continuada. Brasília, 2023e. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?localizaDivisao=florian%C3%B3polis&codigo=420540&aM=0> . Acesso em: 10 de abr. 2023.

_____. Relatório de Informações - RI v.4. - Bolsa Família. Brasília, 2023d. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?localizaDivisao=florian%C3%B3polis&codigo=420540&aM=0> . Acesso em: 10 de abr. 2023.

_____. Relatório de Informações - RI v.4. - Cadastro Único. Brasília, 2023b. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?localizaDivisao=florian%C3%B3polis&codigo=420540&aM=0> . Acesso em: 10 de abr. 2023.

_____. TabCad. Brasília. 2023c. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em: 11 de abr. 2023.

MORIM, Júlia. Povos e Comunidades Tradicionais. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 16 de out de 2023..

NERI, Marcelo Côrtes. “Mapa da Riqueza no Brasil”, Marcelo Neri, Rio de Janeiro, RJ - Fevereiro/2023 – FGV Social – 40 páginas. Disponível em: <https://cps.fgv.br/riqueza>. Acesso em 22 de mar. 2023.

Núcleo de Estudos de Economia de Santa Catarina - NECAT. IDHM de Santa Catarina: Quais são os municípios de Santa Catarina com o melhor IDH? Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://necat.ufsc.br/indice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm-de-santa-catarina/>. Acesso em 22 de mar. 2023.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, 2023e. Disponível em <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em 10/04/2023.

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá providências. Brasília – DF: 1990a.

Presidência da República. Lei no 11.346 de 15 set. 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006a. [internet]. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em 10 de abr 2023.

Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis - SMS. Sistema de Acompanhamento da Família e Indivíduo (SAFI), 2023. Disponível em: <https://floripa.osafi.com.br>. Acesso em: 6 de abr. 2023.

Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura de Florianópolis - SMMA. Cultiva Floripa. Hortas dos Centros de Saúde. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/cultivaFloripa/index.html#>. Acesso em 08 mai 2023.

TAVARES, Lucas Hermann da Silva e **LIMA**, Ana Carolina da Cruz. Segurança alimentar, composição domiciliar e pobreza no Brasil: Um estudo a partir dos microdados da PNAD para o período 2004-2013. Em Planejamento e Políticas Públicas | ppp | n. 58 | abr.-jun. 2021